



# Anais da Assembléia

Nº 113

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 1976

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 171.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1976. SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Püdel, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### EMENDAS:

#### Emenda n.º 4

#### Emenda ao Projeto de Lei n.º 186/75.

Art.... As atuais ocupantes da classe de Educadoras Sanitárias do quadro de Professores especialistas da Secretaria da Educação e da Cultura, que contam à data desta Lei mais de 20 (vinte) anos de exercício, terão vencimentos equivalentes ao nível 3 da série de Classe C, sendo seus cargos considerados extintos a medida que vagarem.

#### JUSTIFICATIVA:

As Educadoras Sanitárias executam papel de inegável relevância no tocante à Educação Sanitária do povo, e em especial à coletividade escolar.

Ocorre que suas atribuições, dentro da atual sistemática administrativa não se encontram ligadas, efetivamente, à cultura e da educação.

Por esta razão, talvez, o Projeto de lei que estabelece o Estatuto do Magistério, incorreu em grave omissão ao não citá-las nas classificações pré estabelecidas, nem ao menos fazendo menção à futura situação dessa abnegada classe.

Por outro lado parece não ser do interesse da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura a continuidade dessa categoria funcional em meio a seus quadros.

Fato concreto, porém não ser justo e nem do interesse das Educadoras Sanitárias, a readaptação em outras funções totalmente alheias e não compatíveis com suas aptidões.

Algumas das ocupantes dos mencionados cargos já o exercem há mais de 30 anos, situando-se numa posição definida e inalterável, inclusive com relação à níveis de vencimentos e possibilidade de progresso.

Criar-se um quadro especial dentro do plano de classificação de cargos constante dos anexos já existentes, não seria de boa técnica legislativa em nosso entendimento.

Fixar-se através de um artigo, uma posição definitiva para essa classe, que hoje conta apenas e tão somente com 09 (nove) integrantes, seria premiar os esforços dispendidos no curso de longos anos, além de corrigir a grave omissão a que nos referimos.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1.976.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

#### Emenda n.º 5

#### Emenda ao Projeto de Lei n.º 186/75.

Art.go.... "O Professor pertencente em caráter efetivo do quadro próprio do Magistério, de qualquer grau de ensino, terá direito por ocasião de sua aposentadoria, aos proventos iguais aos valores do maior símbolo dos Cargos em Comissão, se houver exercido, pelo menos um mandato completo de Conselheiro Estadual de Educação, o qual lhe tenha sido outorgado pelo Governador do Estado.

#### JUSTIFICATIVA:

A figura do Conselheiro de Educação, quer da área federal, quer da estadual, está expressamente constituída e realçada, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Tal posição é revigorada pela Lei n.º 5.855, de 07 de dezembro de 1.972; assim como à fortalecida por prerrogativas atribuídas aos Conselhos Estaduais de Educação na Lei da Reforma, a de n.º 5.692/71.

Equipara-se à figura do Legislador em matéria de Educação e Ensino, e o exercício de seu mandato está protegido por uma duração de 6 (seis) anos.

O Conselho Estadual de Educação é, pois, elemento essencial e inalienável da Sistemática Educacional.

Os seus componentes, segundo dispositivo da Lei, devem caracterizar-se por "notório saber é experiências, em matéria da educação".

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1.976.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

#### Emenda n.º 6.

#### Emenda ao Projeto de Lei n.º 186/75

Art.... O professor pertencente ao caráter efetivo no Quadro Próprio do Magistério, de qualquer grau de ensino, terá direito por ocasião de sua aposentadoria aos proventos iguais aos valores do maior símbolo dos Cargos em Comissão, se houver exercido pelo menos um mandato completo de CONSELHEIRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, para o qual lhe tenha sido outorgado pelo Governador do Estado.

#### JUSTIFICATIVA:

A figura do Conselheiro de Educação, quer da Área Fede-

ral, quer da Estadual, está expressamente constituída e realçada, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tal posição é reforçada pela Lei número 5855, de 07 de dezembro de 1972; assim como é fortalecida por prerrogativas atribuídas aos Conselheiros Estaduais de Educação na Lei da Reforma de número 5692/71.

Equipara-se à figura do Legislador em matéria de educação e ensino, e o exercício de seu mandato está protegido por uma duração de 6 (seis) anos.

O Conselho Estadual de Educação é, pois, elemento essencial e inalienável da Sistemática Educacional. Os seus componentes, segundo dispositivo da Lei, devem caracterizar-se por "notório saber e experiência, em matéria de educação".

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### EMENDA Nº 07

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/75

Inclua-se no Título VIII — Das disposições gerais e transitórias, um Artigo com a seguinte redação:

**Art. ... — O Professor ou Especialista de Educação** que houver exercido um mandato completo de Conselheiro Estadual de Educação terá direito, por ocasião de sua aposentadoria, a proventos iguais ao valor do maior símbolo dos cargos em comissão constantes da tabela própria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

#### JUSTIFICATIVA:

A função de Conselheiro de Educação, quer na área federal, como na estadual, está expressamente constituída e realçada desde a Lei número 4024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Tal posição foi revigorada pela Lei número 5855, de 07 de dezembro de 1972, e restou, ainda, fortalecida por prerrogativas atribuídas aos Conselhos Estaduais de Educação no texto da Lei número 5692, de 11 de agosto de 1971.

Equipara-se, não resta dúvida, à figura do legislador em matéria de Educação, e o exercício de seu mandato tem a duração de seis anos.

O Conselho Estadual de Educação e, consoante se vê nos textos dos diplomas legais mencionados, elemento essencial e inalienável da sistemática educacional. Os seus componentes, segundo prescreve a lei, devem caracterizar-se por "notório saber e experiências, em matéria de educação".

Deve-se-lhes assegurar na inatividade, como retribuição aos serviços públicos relevantes que prestaram, proventos condizentes com a importância e a responsabilidade que tiveram na atividade, como se verifica com o servidor público que venha ocupar cargo em comissão, ao qual é atribuído o direito de aposentar-se com os vencimentos deste, como forma de reconhecer a relevância de sua posição na administração.

#### EMENDA Nº 08

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/75

Suprima-se, no Projeto, o Artigo 70.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

#### JUSTIFICATIVA:

Dispõe o Art. 70, que "O vencimento do Professor ou Especialista de Educação não poderá ser objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo quando se tratar de prestação de alimentos, na forma da legislação em vigor".

Sobre ser incorreto quando quer impedir o que não é possível (arresto e seqüestro do vencimento), o dispositivo

é francamente inócuo no que respeita à penhora.

Quanto à impenhorabilidade do vencimento dos professores, salvo para pagamento de prestação alimentícia, é expresso o Código de Processo Civil (Art. 649, IV).

No que concerne ao arresto e seqüestro, as regras processuais que disciplinam tais procedimentos cautelares deixam evidente a impossibilidade jurídica de utilizá-los em relação a vencimentos (Art. 813, I, II, a) e b), III, IV, e 822, I, II, III, IV, do Código de Processo Civil).

Ademais, legislar sobre direito processual é de competência exclusiva da União (Constituição Federal, Art. 8º, XVII, b).

#### EMENDA Nº 09

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/75

Substitua-se o artigo número 76, pelo seguinte:

**Art. 76 — Pelo exercício em atividade de Educação ou Reabilitação de excepcionais, o professor ou especialista em Educação, perceberá uma gratificação especial correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, incorporável aos seus proventos de aposentadoria, se houver exercido por um período não inferior a cinco anos consecutivos.**

**Parágrafo único — A partir da presente Lei, somente serão designados para exercício em atividades de Educação ou Reabilitação de excepcionais, o professor ou especialista em Educação que possuir habilitação específica nesta área.**

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

#### JUSTIFICATIVA:

O exercício de atividade relacionada com o Excepcional requer qualificação e dedicação acima das normalmente exigidas para as outras atividades ligadas à educação. Isso está reconhecido na própria mensagem quando no artigo 76 pretende-se atribuir uma gratificação especial para o exercício dessas atividades. Todavia, a redação desse artigo nos parece defeituosa, pois amplia muito o conceito de Escola de Educação Especial a que não se restringiria exclusivamente à área do excepcional em qualquer de seus graus.

De outro lado, não seriam contemplados com a gratificação os especialistas da educação mesmo estando desenvolvendo suas atividades na área de Excepcionais, tais como o pessoal técnico do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação e Cultura, assim como o Diretor, o Orientador Educacional e o Supervisor com atividade nas escolas de excepcionais.

Por outro lado, impõem-se que sejam contemplados com o benefício os que atualmente, sem qualquer vantagem de ordem pecuniária, sentiram o apelo de suas vocações e com dedicação que a própria natureza da função reconhece ser fora do comum, vêm exercendo essas atividades.

Somente farão jus ao benefício, a partir desta Lei, ou melhor somente deverão ser designados para exercer essas atribuições pessoas que se habilitem tecnicamente através de cursos próprios.

#### EMENDA Nº 10

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/75

Substitua-se o texto do Art. 54 e seus incisos, pelo seguinte, bem como acrescente-se os incisos a seguir especificados:

**Art. 56 — Na contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos legais, são computados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:**

- I — férias;
- II — casamento, até oito (8) dias;
- III — luto por falecimento do cônjuge, descendente, ascendente e irmão, até oito (8) dias;

- IV — trânsito;
- V — juri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VI — convocação para estágio militar de oficiais da reserva;
- VII — exercício de cargo na administração direta ou indireta municipal, estadual ou federal;
- VIII — exercício de mandato eletivo municipal, estadual ou federal;
- IX — missão ou estudo no exterior ou no território nacional, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo;
- X — licença especial;
- XI — licença para tratamento de saúde;
- XII — licença no caso de acidente no trabalho ou em decorrência de doença profissional;
- XIII — licença à gestante.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

#### JUSTIFICATIVA:

Oral, perante a Comissão Especial.

#### EMENDA Nº 11

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/75

Substitua-se o texto do Art. 56, pelo seguinte:

Art. 56 — As férias do Professor ou Especialista de Educação serão de sessenta (60) dias por ano, dos quais pelo menos trinta (30) dias devem ser consecutivos.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

#### JUSTIFICATIVA:

As férias constituem direito do Professor ou Especialista de Educação, e tanto isso é verdadeiro que o Projeto as inclui no Título V dos Direitos, Vantagens e Concessões.

Todavia, na forma como está redigido o texto original esse direito tem dois titulares: o Professor ou Especialista de Educação e as direções escolares.

Prevê o projeto que as férias devem ser usufruídas em período de recesso escolar, "segundo escala elaborada no mês de dezembro de cada ano, pelo Diretor da Unidade, Centro Interescolar ou Complexo Escolar de forma a atender às necessidades didáticas e administrativas".

Vê-se, assim, que as férias devem atender aos interesses do ensino, exclusivamente, e não aos interesses do Professor ou Especialista de Educação.

Com a emenda se restabelece a plenitude do direito de férias, de sorte a propiciar ao seu titular, que só pode ser o Professor ou Especialista de Educação, a disponibilidade de usufruí-los de acordo com os seus interesses ou necessidades.

#### EMENDA Nº 12

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/75

Inclua-se no Título VIII — Das disposições gerais e transitórias, um Artigo e parágrafo com a seguinte redação:

Art. ... — Os professores com Registro Definitivo (D) no Ministério de Educação e Cultura (MEC), atuais ocupantes de cargo de magistério por concurso e portadores de diploma de curso superior, integrarão um Quadro Suplementar Próprio de Magistério, aos quais ficam assegurados todos os direitos, vantagens e prerrogativas das habilitações específicas de grau superior para o exercício do magistério.

Parágrafo único — À medida em que se foram vagando, ficam automaticamente extintos os cargos integrantes do Quadro Suplementar referido neste artigo.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem sentido acautelador, pois visa a reparar a iminente injustiça que se ameaça perpetrar contra os Professores, portantes do Registro Definitivo (D) no Ministério de Educação e Cultura (MEC), operado nos termos do Decreto-Lei número 8777, de 22 de janeiro de 1946, portadores de diploma de curso superior, e ocupantes de cargo de magistério por mérito obtido pela via nobre e única legítima: o concurso público específico.

O histórico da situação desses professores pode resumir-se na seguinte breve narrativa:

— Aos começos do ensino secundário no Brasil só havia a categoria de professores oriundos das mais diversas profissões liberais (médicos, dentistas, farmacêuticos, advogados, engenheiros, químicos, agrônomos, etc.) e da qual emergiu a constelação de mestres que hoje rebrilham intensamente no pátio da cultura nacional. Mas, para citar só os do Paraná, recordam-se os vultos inesquecíveis de Sebastião Paraná, Lisímaco da Costa, Guido Straube, Algacyr Munhoz Maeder, Pedro Macedo, Guido Arzua, Francisco Gomes Ribeiro, Oswaldo Piloto, Erasmo Piloto, Raul Gomes, José Nicolau dos Santos, Padre José Olímpio, Carlos de Brito Pereira, Luiz Cezar, José de Sá Nunes, Rosário Farani Mansur Guérios, Porthos Velozo, Hyperides Zahelo, Nilo Brandão, Francisco Raitani, Homero de Barros, Guilherme Butler, Alcyone Moraes de Castro Velozo, e muitos outros, alguns ainda vivos e atuantes. Aos poucos, a partir da criação das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, (em Curitiba iniciou-se uma em 1938), é que foram surgindo os chamados Licenciados, isto é, os portadores de diploma de curso superior específico para o exercício de magistério no Ensino Secundário. A quantidade de Licenciados cresceu, e cresce muito lentamente, de tal modo que até hoje o Ensino Secundário (ora Fundamental e Médio) ainda não dispensa os serviços de alentado número de professores oriundos de cursos superiores, porém sem habilitação específica para o exercício do magistério. Com isto, houve a ocorrência de duas fontes de fornecimento de elementos para o magistério secundário: Os Licenciados e os não Licenciados.

Os não Licenciados, hoje em segundo plano, mas com os seus direitos assegurados, foram os pioneiros de ensino médio durante décadas. Não são professores leigos, como pretendam alguns erroneamente identificá-los. São elementos de curso superior e com a mesma capacidade dos diplomados por Faculdades de Filosofia. Como estes, estão também sujeitos, em idênticas condições, ao mesmo regime de trabalho, de estudo e participação em cursos de atualização e aperfeiçoamento. Com 15, 20 e 30 anos de magistério, são donos de longo tirocínio e indiscutível experiência didática. Lecionando lado a lado com jovens colegas recém-egressos das Faculdades de Filosofia, não raras vezes ex-alunos seus, prestam juntos inestimável serviço à causa da educação.

Quanto ao direito desta classe, é ele mais do que evidente, tendo em conta que:

1 — São portadores de Registro Definitivo (D) no Magistério de Educação e Cultura, obtido segundo as regras do citado Decreto-Lei número 8777, de 22.01.46. Os professores enquadrados nesta hipótese tiveram a sua situação reafirmada e obfirmada pelo art. 86, da Lei número 5692, de 11 de agosto de 1971, a qual estabeleceu novas diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus, *in verbis*:

"Ficam assegurados os direitos dos atuais professores, com registro definitivo no Ministério de Educação e Cultura, antes da vigência desta Lei".

2 — São portadores de diploma de curso superior, dos mais diversificados tipos de graduação: Medicina, Odontologia, Direito, Farmácia, Engenharia, Química, Agronomia, etc., etc.

3 — Ingressaram no magistério oficial do Paraná por meio de concurso público, em absoluta igualdade de situação funcional com os Licenciados, inclusive direitos, deveres, vanta-

gens, vencimentos e demais gratificações.

4 — Com a referida Lei número 5692, a rigor ninguém possui título específico no Brasil, visto como os licenciados seguiram curso que os habilitava para o exercício de magistério dentro dos parâmetros da Lei número 4024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), não lhes socorrendo em nada a licenciatura para o magistério aos moldes preconizados pelo primeiro legal acima mencionado. Os objetivos, métodos e processos desta nova lei estão a exigir de todos os professores, todos, retreinamento, reciclagem, novos cursos e recursos, para se afinarem à metodologia emergente.

5 — No que tange ao exercício propriamente dito do cargo de magistério, não há distinção alguma a notar, a não ser direitos e vantagens que são desiguais, pois estão sujeitos: mesmo horário mínimo, mesma responsabilidade, mesma dedicação didática, deveres e obrigações. Ambos são duas faces da mesma situação funcional, de fato. E de direito, porque ingressaram no Quadro concorrendo sob as mesmas condições, salvante o de contar menos pontos de classificação por não serem portadores de diploma de curso superior específico.

Destarte, no momento em que o Estado do Paraná procura dar ao magistério legislação codificada, lúcida, estimulativa, capaz de polarizar o interesse da mocidade talentosa para as lides da educação e do ensino, necessário se faz que nela se consagre também o mérito de todos quantos até aqui corporificam as fileiras essenciais da mestrança, e, de outro lado, que se furte, corajosa e certamente, dos tiques e vezes que, habitualmente, maculam iniciativas desse porte.

Com generosidade e abrangência é que se conseguirá reaver para o magistério a grandeza de sua missão, conquistando os que nele atuam e os que não ingressar.

#### EMENDA Nº 13

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/75

Dê-se a seguinte redação ao texto do Capítulo I — Da Remoção, do Título V, do Projeto:

#### TÍTULO V

Dos Direitos, Vantagens e Concessões

#### CAPÍTULO I

Da Remoção.

Art. 49 — Remoção é a passagem do exercício do Professor ou Especialista de Educação de um para outro complexo escolar, centro interescolar ou estabelecimento de ensino, preenchendo vagas, sem que se modifique sua situação funcional.

Art. 50 — Processa-se a remoção:

- I — por concurso;
- II — por permuta;
- III — No caso de transferência ou remoção do cônjuge.

Art. 51 — Na remoção por concurso serão considerados, principalmente, o tempo de serviço no magistério e os títulos do Professor ou Especialista de Educação.

§ 1º — A remoção do Professor ou Especialista de Educação em concurso obedece, rigorosamente, à ordem de classificação.

§ 2º — O Professor ou Especialista de Educação tem direito à escolha do complexo escolar, centro interescolar ou estabelecimento de ensino que lhe convier, e, neste caso, a preferência é dada, também, de acordo com a ordem de classificação.

§ 3º — Pelo menos sessenta (60) dias antes da abertura e inscrição para o concurso de remoção, as vagas existentes serão relacionadas e publicadas no Diário Oficial, ficando à disposição dos Professores ou Especialistas de Educação, em exercício, por trinta (30) dias.

§ 4º — Na hipótese de haver mais de um interessado para mesma vaga, terá preferência o Professor ou Especialista de

Educação mais antigo no magistério, e, em igualdade de condições, o mais antigo no município.

§ 5º — O concurso de remoção será realizado durante o período de férias escolares ao fim de cada ano, ou em qualquer época para atender aos interesses do ensino.

Art. 52 — A remoção por permuta será processada em qualquer época, mediante requerimento conjunto dos interessados.

Art. 53 — Ao Professor ou Especialista de Educação que comprovar a transferência do cônjuge servidor público, será assegurado o direito de remoção para complexo escolar, centro interescolar ou estabelecimento de ensino situado no município do domicílio da família, cabendo à Secretaria de Estado da Educação e Cultura determinar o local onde passar a prestar serviços, observados os interesses do ensino.

§ 1º — Verificada a hipótese de falta de vagas para o Professor ou Especialista de Educação cujo cônjuge, não sendo servidor público, fôr removido ou transferido em razão do seu emprego, ser-lhe-á assegurada preferência para ocupar a primeira vaga que ocorrer, permanecendo enquanto isso, adido a complexo escolar, centro interescolar ou estabelecimento de ensino situado no novo domicílio, que a Secretaria de Estado da Educação e Cultura determinar.

§ 2º — Se tratando de cargo de Especialista de Educação não havendo vaga em seu novo domicílio, fica-lhe assegurado o direito de transferência, em caráter transitório, para o Grupo Ocupacional MP-100 - Pessoal Docente, caso possua habilitação profissional legal.

§ 3º — Implica em renúncia ao direito de requerer remoção com base neste Artigo e no parágrafo 1º, o fato de aceitar, o Professor Especialista de Educação, nomeação para município diverso daquele do domicílio da família.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

Oral, perante a Comissão Especial.

#### EMENDA Nº 14

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/75

Inclua-se onde couber:

Art. ... — Os atuais Professores Efetivos do Ensino Médio, Normalistas Concursados que lecionam o 2º grau completo, integrarão um Quadro Suplementar Próprio do Magistério, aos quais ficam assegurados todos os direitos, vantagens e prerrogativas do grupo ocupacional "Professor" com nível de atuação definido na letra "E", do § 2º, do art. 10, com área de atuação no 1º e 2º graus completos, série de classe "E", nível de vencimentos 5 e avanços de classes E1, E2, E3, E4 e E5, na conformidade desta Lei.

§ único — À medida em que forem vagando, ficam automaticamente extintos os cargos integrantes do Quadro Suplementar referido neste artigo.

Sala das Sessões, em de setembro de 1976.

(aa) Enéas Faria, Maurício Fruet, Del Ciel, Luiz Carlos Zuk, Ivo Thomazoni.

#### EMENDA Nº 15

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/75

Art. ... Os integrantes do Quadro Próprio do Magistério, efetivos no Estado com a atual denominação de Professores de Ensino Profissional, amparados pelas leis número 294, de 24 de novembro de 1949, número 2481 de 21 de novembro de 1955 e número 4544 de 31 de janeiro de 1962, ficam enquadrados na Classe B, de que trata o § 4º, do art. 10, desta lei, com nível de atuação II, área de atuação de 1ª a 6ª séries do 1º grau, nível de vencimentos 2, e avanços de classes B1,

B2, B3, B4 e B5.

Sala das Sessões, em de setembro de 1976.

(aa) Enéas Faria, Maurício Fruet, Del Ciel, Ivo Thomazoni, Luiz Carlos Zuk

## EMENDA Nº 16

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/75

Acrescente-se as seguintes expressões ao art. 10, § 4º, Classe E:

Art. 10 - ...

§ 4º - ...

Classe E: Pelo pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior, ao nível de graduação plena, representada por licenciatura plena quando se tratar de Professor, assim também considerada a professora alfabetizadora, independentemente do nível de sua graduação, em cuja classe ficará incluída no Quadro Próprio do Magistério, no nível de atuação V.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

## JUSTIFICATIVA:

A professora alfabetizadora tem, sem dúvida, a maior parcela de responsabilidade funcional na formação da personalidade e do caráter da criança, sendo por isso, diretamente responsável pelo futuro da Nação, de cujo arejamento de mentalidade dependerá o aceleramento do desenvolvimento nacional.

O cunho imprimido pela alfabetizadora aos seus alunos, nos primórdios de sua existência, é o marco inicial de toda a estrutura psicossocial do homem futuramente encarregado dos destinos da comunidade.

Sem alfabetizadora consciente não há condições humanas para a formação do contingente intelectual sadio, de que tanto precisam os governantes para projetar o país no concerto das nações poderosamente desenvolvidas.

Tanto isso é verdade que quase ninguém esquece da sua primeira professora: a alfabetizadora.

Ofício nº

Curitiba, 18 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem vêm, respeitosa e, apresentar o anexo Ante-Projeto como SUBSTITUTIVO GERAL ao projeto de lei do "Estatuto do Magistério", para apreciação pela Comissão Especial e para posterior apreciação, discussão e votação pelo Plenário.

P. deferimento.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1976.

(a) Deputado OSVALDO MACEDO - Líder da Bancada do MDB.

(a) Deputado ENÉAS FARIA - Membro da Comissão Especial

## EMENDA Nº 17

Emenda ao Projeto de Lei nº 186/75

## ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º e 2º graus, de que trata a Lei Federal nº 5692, de 11 de agosto de 1971, e dá outras providências.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ - APLP

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ - APP

Curitiba - Maringá, 28 de maio de 1976.

Excelentíssimo Senhor Deputado Doutor Paulo Affonso Alves de Camargo

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Senhor Presidente.

Sentimo-nos felizes por termos tido a oportunidade de participar da apreciação do Anteprojeto do Estatuto do Magistério, graças ao espírito aberto e democrático de V. Exa. e em nos solicitar subsídios sobre o mesmo.

Com imensa satisfação, pois, estamos encaminhando nossas sugestões, fruto de muito esforço e cautela, na ânsia de atendermos da maneira mais justa possível, as aspirações do pessoal do magistério, do nosso portentoso Estado.

Deveras a Associação dos Professores Licenciados do Paraná - APLP - e a Associação dos Professores do Paraná - APP - em conjunto, promoveram cinco Assembléias Gerais Extraordinárias, em várias regiões do Estado, objetivando, em primeiro lugar, o estudo e apresentação de sugestões sobre o Anteprojeto. Dessas Assembléias surgiu esta comissão de Estatuto, encarregada de coordenar as sugestões apresentadas nas mesmas Assembléias e por outros elementos e instituições das mais diversas partes.

Em muito tivemos de alterar o Anteprojeto original, encaminhado a V. Exa., pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado. Preocupam-nos sobremaneira, o hermetismo de entendimento do Anteprojeto, a técnica usada, a conservação das aulas suplementares, com nome de extraordinárias, a ausência de permanência remunerada aos professores, a remoção "ex-officio" e o nível de vencimento do pessoal do magistério.

À medida que introduzimos alterações, tentamos, resumidamente, justificá-las, quando julgamos necessário.

Transcrevemos as partes, a que apenas faz alusão o Anteprojeto, cuidando sempre em adaptá-las às novas terminologias e às exigências da Lei 5692/71.

Os grandes tópicos introduzidos ou remodelados, e nada além do que preconiza a citada Lei 5692/71, são os seguintes:

1º - **Regime de Trabalho.** (Artigo 16 a 21 Anexo 1-C): Ao invés do que existe, e que o Anteprojeto não aboliu, adotamos os regimes de 14, 24, 30 e 40 horas semanais, por crermos que a possibilidade de o Professor, ou Especialista de Educação, optar por uma das cargas horárias, é justa e racional. Ao Professor fica assegurada permanência remunerada num mínimo de 15 por cento da carga horária assumida, aumentando, à medida que for avançando em idade. Resolve-se, com este regime de trabalho o problema gravíssimo existente com as faltas de professores, onde o grande prejudicado é o aluno. O professor enquanto permanece na escola, substituirá, sem ônus para o Estado, ao professor faltoso.

2º - **Adoção da C.L.T.:** O Anteprojeto aborda a possibilidade de contratação de celetistas, mas o faz muito superficialmente, contrariando a Lei 5692/71, que não permite diferença de tratamento entre o Pessoal do Magistério efetivo e celetista. Extinguiu-se fatalmente o regime, chamado pelo Anteprojeto, de aulas "extraordinárias". A Justiça do Trabalho já setenciou cabalmente contra este regime. Claro, pois, está que somente dois vínculos empregatícios são viáveis e legais: o do professor efetivo e o do contratado pelas Leis do Trabalho. O celetista, seguindo sempre o espírito da Lei 5692/71, faz parte também do Quadro Próprio do Magistério, nele tendo direito à remuneração, à promoção, acesso, transferência e readmissão.

3º - **Extinção da remoção "ex-officio" no interesse do ensino** (Art. 49, § 2º - II e § 4º): Já é por demais provado que a remoção "ex-officio" vem em prejuízo da Educação, causando ódio e injustiça no seio do Magistério. Só este motivo bastou para os professores em Assembléias unanimemente exigirem sua extinção.

4º - **Acréscimo do Anexo 1-C:** Com a introdução dos Regimes de Trabalho, do Quadro Próprio do Magistério, para ambos os Grupos Ocupacionais e aos dois regimes jurídicos, achamos por bem criar um novo anexo, para maior clareza na compreensão dos Regimes de Trabalho.

5º - **Lista Tríplice e Carreira de Diretor** (Art. 244 - § 1º):

Introduziu-se a lista tríplice para a indicação de diretor, somente enquanto não houver diretor de carreira. O Anteprojeto não prevê nada a respeito, com clareza. O diretor de carreira é imposição da Lei 5692/71. A Lista Tríplice, na falta do profissional habilitado, é o meio mais eficiente e justo de se preencher tão importante função.

6º — **Estágio Probatório** (Art. 39 § 6º): A dispensa do Estágio Probatório não fere as Constituições Estadual e Federal, se o pessoal do Magistério, já tenha dado prova de sua eficiência e satisfeito as condições, por possuir no mínimo, três anos de atividades no Magistério Estadual. É o caso, por exemplo, dos que ingressarem futuramente em cargos do Magistério, após terem sido suplementaristas ou terem prestado serviço ao Magistério através da CLT.

7º — **CLASSE "F"** — Art. 9º § 4º, letra "F" (anexo I-A e I-B, anexo II-A e II-B: A Lei 5692/71 valoriza sobremaneira a formação do Pessoal do Magistério, e no Anteprojeto omitiu-se o Pessoal do Magistério com nível de mestrado e doutorado. Com o acréscimo dessa Classe, um nível de vencimento superior terão estes profissionais — o nível de vencimento 6 — (anexos supra).

8º — **VENCIMENTOS** (Art. 233). O Anteprojeto é omisssíssimo no respeitante aos vencimentos do Pessoal do Magistério. Sugerimos o previsto no artigo 233, onde há uma diferença de 30 por cento de um nível a outro imediatamente anterior, iniciando-se pelo atual nível 20. Justifica-se o nível no nível 20 e não 16, a que pertencem atualmente os professores primários, em vista de tais profissionais assim permanecerem há 14 anos. O professor primário nos termos sugeridos, passará a perceber, Cr\$ 1.731,00 e os "padrões" dão chamado hoje, ensino médio, continuarão a perceber proporcionalmente à carga horária o mesmo valor.

Fizemos, praticamente, outro Anteprojeto, tantas foram, como se frisou, as alterações e acréscimos que nos vimos obrigados a elaborar. Temos certeza, Senhor Presidente, que, se aprovado o Estatuto do Magistério nos moldes ora apresentados, o Estado do Paraná terá o melhor Estatuto do Magistério Estadual do Brasil, por ser o mais lógico, justo e legal, por dar a cada profissional do magistério o que é seu, nos termos da Lei Máxima da Reforma do Ensino, sem contudo, onerar em demasia os cofres públicos do Estado.

Resta-nos confessar, que o trabalho, ora apresentado a V. Exa., não foi fácil, ante a complexidade enorme do assunto, numa época de transição de estratégias e objetivos da Educação.

Por tudo isso, pomo-nos às inteiras ordens dessa Casa para, se preciso for, informarmos detalhadamente aos nobres deputados, das proposições por nós apresentadas a respeito deste Anteprojeto, ora em debates.

Aproveitamos esta auspiciosa oportunidade para apresentar a V. Exa., e a todos os nossos representantes, os mais efusivos votos de muita admiração e estima.

(aa) **Argemiro Aluísio Karling** — Presidente da Associação dos Professores Licenciados do Paraná — APLP  
**Eduardo Tavares Pereira** — Presidente da Associação dos Professores — APP

**Demais membros da Comissão de Estatuto:**

**Dino Zambenedetti** — ex-Presidente da APLP

**Eliud José Borges** — Assessor Jurídico da APLP

**Eduardo Francisco Machado** — Assessor Administrativo da APP

**Adyr de Lima** — Assessor Técnico da APP

**Sebastião de Paula Vieira** — Assessor da Presidência da APLP

**Ruben de Oliveira** — Presidente da sub-sede de Curitiba da APLP e Presidente do Conselho Consultivo e Fiscal da APP

**Vanda Berutti** — Secretária da APP

**Ester da Costa Valim** — sócia de ambas as entidades.

## TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES CAPÍTULO ÚNICO

### DO CAMPO DE APLICAÇÃO E DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º — Aplica-se o presente Estatuto ao Magistério Público Paranaense do Ensino de 1º e 2º graus, nos termos da Lei Federal 5692, de 11 de agosto de 1971.

**JUSTIFICATIVA:** Em virtude das falhas técnicas, formais e de conteúdo, dever-se-á simplificar o Art. 1º, conforme enunciado acima, pois esse artigo é redundante e falho. Assim, quanto à distribuição da matéria, já no Título I, Capítulo Único, depara-se com um amontoado de incisos e parágrafos.

Deve-se suprimir o Parágrafo Único deste Artigo por ser óbvio e desnecessário.

Art. 2º — Pertencem ao Magistério Paranaense do Ensino de 1º e 2º graus os Professores e Especialistas de Educação, chamados de Pessoal do Magistério, e são todos aqueles que, nos complexos ou ainda unidades escolares e demais órgãos, avaliam e/ou orientam a educação sistemática, assim como so que colaboram diretamente nessas funções sob sujeição às normas pedagógicas e às disposições deste Estatuto.

**JUSTIFICATIVA:** Deve haver um artigo como o enunciado acima. E, em lugar do artigo 2º do Anteprojeto, deve-se acrescentar todas as definições, e também os termos que estão definidos no Capítulo I do Título III (o que vem constituir falta técnica).

Art. 3º — Para efeito desta Lei, entende-se por:

I — Professor, em sentido genérico, todo ocupante de cargos ou empregos de docência.

II — Pessoal docente, o conjunto de Professores dos estabelecimentos que ministram aulas.

III — Especialista de Educação, o Professor que possui a qualificação e a habilitação respectiva.

IV — Por atividades do Magistério, aquelas que visam a educação, o ensino e a pesquisa.

V — Cargo, o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao Professor, ou Especialista de Educação, identificado pela sua criação por Lei, denominação própria e pagamento pelos cofres públicos do Estado.

VI — Emprego, o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao Professor, ou Especialista de Educação, identificado por seu veículo empregatício sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho e pago pelos cofres públicos do Estado do Paraná.

VII — Regime de Trabalho, ou número fixo de horas semanais de atividades do Magistério.

VIII — Classe, o conjunto de cargos com vencimentos ou remunerações fixadas segundo os níveis de habilitação e ou qualificação, e/ou créditos, bem como o regime de trabalho e graus de responsabilidade.

IX — Série de Classes, o conjunto de classes do mesmo gênero de atividades funcionais, dispostas hierarquicamente, constituindo promoção ascensional do Pessoal do Magistério, escalonados em diferentes níveis, de acordo com o grau de habilitação e/ou qualificação e as respectivas atribuições.

X — Grupo Ocupacional, o Pessoal Docente ou o Especialista de Educação, caracterizado pelos anexos I-A, I-B e II-A, II-B, respectivamente.

**JUSTIFICATIVA A:** O termo "emprego", ora definido, vem em decorrência da adoção da CLT, paralelamente ao regime estatutário. É o objetivo da Lei 5692/71. É previsto pela Lei Federal 5540, de 28/11/68. Aliás, são os dois únicos regimes admissíveis pelas Leis do País.

**JUSTIFICATIVA B:** Procura-se encaixar as definições neste capítulo como evidencia o título.

## TÍTULO II DO VALOR DO MAGISTÉRIO E DOS PRECEITOS ÉTICOS ESPECÍFICOS



## CAPÍTULO I

## DO VALOR DO MAGISTÉRIO

Art. 4.º - São manifestações do valor do Magistério:

I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir os deveres do Magistério;

II - o civismo e o culto das tradições históricas;

III - o amor aos educandos e à profissão do Magistério;

IV - a fé no poder da educação como instrumento de formação do homem e do desenvolvimento econômico, social e cultural;

V - o interesse pela atualização profissional.

## CAPÍTULO II

## DOS PRECEITOS ÉTICOS ESPECÍFICOS

Art. 5.º - O sentimento do dever, a dignidade, a honra e o decoro do Magistério impõe, a cada um de seus membros, uma conduta moral e profissional irrepreensíveis, com observância dos preceitos seguintes:

I - amar a verdade e a responsabilidade como fundamento da dignidade pessoal;

II - exercer sua atividade, com autoridade, eficácia, zelo e probidade;

III - ser absolutamente imparcial e justo;

IV - zelar pelo aprimoramento moral e intelectual próprio e do educando;

V - respeitar a dignidade e os direitos da pessoa humana;

VI - ser discreto nas atitudes e nas expressões orais e escritas;

VII - abster-se de atos incompatíveis com a dignidade profissional.

## TÍTULO III

## DO PESSOAL DA MAGISTÉRIO

## CAPÍTULO I

## DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Art. 6.º - A carreira do Magistério inicia-se, satisfeitas as normas legais e/ou disposições deste Estatuto, ou dele decorrentes, por um dos cargos das Classes das Séries de Classes, constantes do Plano de Classificação de Cargos ou Empregos do Quadro Próprio do Magistério.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mérito do Pessoal do Magistério será medido já no ato da posse ao ser o Professor, ou Especialista de Educação, enquadrado no nível de elevação, conforme o número de créditos que somar naquele ato ou subsequente.

JUSTIFICATIVA: O artigo 6.º do Anteprojeto deve ser suprimido, pois caracteriza o Magistério, abstratamente e de modo errôneo, já que nem sempre o mesmo é atividade continuada. O artigo 6.º deverá ser o seu Parágrafo, mas com as seguintes modificações: a) em vez de "para" deve ser "por"; b) deve ser suprimida a palavra "iniciais", pois o Pessoal do Magistério pode perfeitamente começar por uma classe não inicial, conforme sua habilitação e/ou qualificação e mérito.

JUSTIFICATIVA GERAL DO CAPÍTULO: Pelo artigo 32, § 4.º e de acordo com os estágios, níveis de elevação, fl. 41, conclui-se que o Professor, ou Especialista de Educação, deve seguir obrigatoriamente todos os estágios; quando deveria iniciar a carreira já no nível de elevação 3, 4 ou 5, se no ato da posse tiver créditos bastantes: 200, 300 ou 400. Portanto, sugere-se o Parágrafo Único, supra citado.

## CAPÍTULO II

## DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 7.º - Os cargos do Magistério serão providos segundo o regime jurídico deste Estatuto, sempre mediante concurso público de provas e títulos.

PARÁGRAFO ÚNICO: A admissão de Pessoal do Magistério através da CLT será com base em prioridades a serem regu-

lamentadas, predominando a habilitação, qualificação e mérito.

JUSTIFICATIVA: Ante a adoção da CLT, em obediência sobretudo às diretrizes do Grupo de Tarefa, designado pelo decreto 66.600 de 25/06/70, faz-se necessário o acréscimo do Parágrafo ao artigo 7.º.

Art. 8.º - Os cargos e empregos do Magistério integram Séries de Classes ou Classes Singulares.

JUSTIFICATIVA: Acrescentou-se a expressão "e empregos", por ser um termo técnico adotado no regime celetista.

Art. 9.º - A estruturação da carreira do Magistério compreende dois cargos ou empregos distintos, o de Professor e o de Especialista de Educação.

§ 1.º - O conjunto dos ocupantes de cada um dos cargos deste artigo compõem um Grupo Ocupacional.

§ 2.º - Cada Grupo Ocupacional compreende cinco (5) níveis de atuação caracterizados pela área de atuação de cada um desses níveis, aos quais o Professor, ou Especialista de Educação, exerce sua atividade, a saber:

a) nível de atuação I, da 1.ª à 4.ª série do 1.º Grau;

b) nível de atuação II, da 1.ª à 6.ª série do 1.º Grau;

c) nível de atuação III, da 1.ª à 8.ª série do 1.º

Grau.

d) nível de atuação IV, da 1.ª à 8.ª série do 1.º Grau e da 1ª à 2ª série do 2º Grau;

e) nível de atuação V e VI, da 1.ª à 8.ª série do 1.º Grau e da 1.ª à 4.ª série do 2.º Grau.

§ 3.º - Os níveis de atuação são agrupados em Séries de Classes conforme a formação profissional mínima exigida para o exercício do Magistério.

§ 4.º - As classes são em número de seis (6) em função do nível de formação, assim integradas:

a) Classe A: pelo pessoal Docente que possui habilitação mínima, específica de 2.º Grau, com três (3) séries;

b) Classe B: pelo Pessoal Docente que possui habilitação mínima, específica de 2.º Grau, com quatro (4) séries, ou de 2.º Grau, com três (3) séries e mais um ano de estudos adicionais;

c) Classe C: pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de Grau Superior, ao nível de graduação, obtida em Curso de curta duração;

d) Classe D: pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de Grau Superior, ao nível de Graduação, obtida em Curso de curta duração, e mais um ano de estudos adicionais;

e) Classe E: pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de Grau Superior, ao nível de graduação plena;

f) Classe F: pelo Pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de Grau Superior, em nível de mestrado ou doutorado.

§ 5.º - Os níveis de atuação abrangem séries de classes assim distribuídas:

a) nível de atuação I, Classes: A, B, C, D, E, F;

b) nível de atuação II, Classes: B, C, D, E, F;

c) nível de atuação III, Classes: C, D, E, F;

d) nível de atuação IV, Classes: D, E, F;

e) nível de atuação V, Classes: E e F.

§ 6.º - Cada Classe é composta de seis (6) níveis de elevação, em função dos avanços em diagonal resultantes dos créditos que traduzem o mérito do Professor, ou Especialista de Educação:

Avanços da Classe A: A1, A2, A3, A4, A5;

Avanços da Classe B: B1, B2, B3, B4, B5;

Avanços da Classe C: C1, C2, C3, C4, C5;

Avanços da Classe D: D1, D2, D3, D4, D5;

Avanços da Classe E: E1, E2, E3, E4, E5;

Avanços da Classe F: F1, F2, F3, F4, F5.

JUSTIFICATIVA: O início do art. 9.º do Anteprojeto é

inútil, uma vez por não ser necessário, outra por ser demais abstrata a definição dada e jamais ser usado o termo "serviço".

Como se viu, o restante do Art. 9.º peca pela técnica, achamos que deve estar no Capítulo Único, do Título I, "das definições", constituindo como se viu os incisos IV a X do artigo 3.º, ora sugerido.

**JUSTIFICATIVA GERAL:** Há funções que só podem ser ocupadas por pessoal com pós-graduação, ex.: planejamento de ensino, administração de sistemas educacionais e outros. Por outro lado, é de suma importância e incentivado pela Lei 5692/71 que atue no 1.º e 2.º graus Pessoal do Magistério altamente habilitado e qualificado, como com pós-graduação, Mestrado e Doutorado, e para que tanto aconteça é preciso que se lhe dê retribuição financeira a tal pessoa; daí porque acrescentou-se a classe "F.. correspondente ao nível de vencimento seis (6). Aliás, é a conclusão a que chegou o grupo designado pela Portaria Ministerial 765/71 sobre o assunto.

Art. 10 - As atribuições e características pertinentes a cada Grupo Ocupacional estão especificadas nos anexos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As especificações de cada Grupo Ocupacional compreendem os elementos seguintes: níveis de atuação, códigos, áreas de atuação, denominações, séries de classes, níveis de vencimentos, avanços de classes, regimes de trabalho, níveis de formação, especificações, critérios e créditos.

Art. 11 - O avanço em diagonal disposto no Parágrafo 6.º do artigo 9.º, de um para outro nível de elevação, na forma da tabela de créditos para promoções constantes do anexo III, consiste na concessão de percentual de cinco por cento (5%), e incidirá sobre o vencimento do Professor ou Especialista de Educação.

## SEÇÃO I

### DO PLANO DE PAGAMENTO

Art. 12 - O Plano de Pagamento do Magistério obedecerá ao Plano de Classificação de Cargos e Empregos constantes das tabelas do Anexo-I-C e Anexo II.

§ 1.º - É estabelecido, para o Pessoal do Magistério efetivo e estável, um vencimento com aumentos periódicos consecutivos, de cinco por cento (5%) por quinquênio de efetivo exercício, como antecipação prevista no inciso I, do artigo 162.

§ 2.º - O Professor, ou Especialista de Educação, quando nomeado, ou admitido, perceberá o vencimento, ou a remuneração, da classe e nível de elevação respectivos.

§ 3.º - Na contagem de tempo de serviço para perfazer o quinquênio, só serão computados, como de efetivo exercício, os afastamentos previstos no artigo 65.

§ 4.º - O acesso e a promoção não interrompem a contagem de tempo de serviço para efeito de concessão do quinquênio.

**JUSTIFICATIVA:** Este artigo correspondente ao 13 do Anteprojeto. Foram acrescidas as expressões: "e nível de elevação respectivos".

Adotou-se em lugar de "cada classe" "o Pessoal do Magistério efetivo e estável". Pois a Constituição de 67 prevê este benefício não só ao efetivo como ao estável. Adotou-se ainda as expressões "Empregos", "Admitido", e "Remuneração" por serem terminologias exigidas pela CLT.

## SEÇÃO II

### DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO

Art. 13 - O Quadro Próprio do Magistério compõe-se dos Grupos Ocupacionais e Séries de Classes já codificados nesta Lei.

**JUSTIFICATIVA:**

a) Deve-se suprimir neste artigo a expressão "Na

conformidade das disposições na Lei Federal n.º 5692/71" que de per si é óbvio, por já vir citada no artigo 1.º.

b) Deve-se adotar a expressão: "Empregos" no Parágrafo Único, ante adoção da CLT.

Art. 14 - Os cargos do Quadro Próprio do Magistério agrupam-se em tabelas distintas, sob o regime deste Estatuto e da Consolidação das Leis do Trabalho, organizadas segundo o grau de habilitação, qualificação, complexidade e responsabilidades das tarefas características.

**JUSTIFICATIVA:** Em virtude da adoção da CLT, torna-se necessário, mais uma vez, acrescentar-se neste artigo as expressões "e da Consolidação das Leis do Trabalho" e também "qualificação".

Art. 15 - Ato especial fixará anualmente o número de cargos do Quadro Próprio do Magistério quanto a provimentos por promoção e acesso, correspondente aos pedidos apresentados que estiverem de acordo com o previsto neste Estatuto, para efeito de inclusão na Lei Orçamentária do exercício seguinte.

**JUSTIFICATIVA:** O artigo 15 (16 do Anteprojeto) deixa ao Estado total liberdade para conceder ou não a promoção e acessos ao Pessoal do Magistério. O que não corresponde as normas para concessão de auxílio Federal de acordo com o Decreto n.º 71244/72 no sentido de atender a filosofia e implantação desta Lei Federal 5692/71. O não cumprimento desta Norma e desta Lei Maior, o Pessoal do Magistério poderá estacionar, como vem ocorrendo há mais de 14 anos.

## CAPÍTULO III

### DOS REGIMES DE TRABALHO DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO

Art. 16 - O de Regime de Trabalho Pessoal do Magistério do Ensino Público Estadual (Anexo I-C), será aplicado aos integrantes dos Grupos Ocupacionais, quer efetivo, quer regido pela Constituição das Leis de Trabalho.

Art. 17 - Os Regimes de Trabalho são caracterizados pelos símbolos R1, R2, R3 e R4, correspondentes a 14, 24, 30 e 40 horas semanais, respectivamente; os códigos MPP-100, MPE-200 e MPC-300 correspondem a Professor Efetivo, Especialista de Educação Efetivo e Celetista de ambos os Grupos Ocupacionais.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** é permitido a acumulação de Regimes de Trabalho desde que não se exceda a carga horária do "R4".

Art. 18 - As atividades relacionadas à educação, ao ensino e à pesquisa pelo Pessoal do Magistério serão caracterizadas por hora de atividade (coluna 6 do Anexo I-C) e hora-aula (coluna 7 do mesmo anexo).

**PARÁGRAFO ÚNICO :** Em cada regime, o Professor terá hora-aula e hora permanência (P) indicadas na coluna 7, do anexo I-C, correspondentes aos respectivos regimes.

Art. 19 - O Pessoal Docente, salvo disposto no artigo seguinte, terá no seu regime de trabalho, um mínimo de quinze por cento (15%) de aulas de permanência que aumentará de 10 em 10 anos, até no máximo de trinta por cento (30%) de acordo com as subdivisões da coluna sete (7) do Anexo I-C. Observado sempre o mínimo de cinquenta por cento (50%), da respectiva permanência.

Art. 20 - O professor, dentro de sua hora-permanência, poderá ser solicitado para ministrar aulas de substituição, observado sempre o mínimo de cinquenta por cento (50%) da respectiva permanência.

Art. 21 - O vencimento, ou remuneração, do Pessoal do Magistério, com relação aos Regimes de Trabalho (coluna 8 do Anexo I-C) será em proporção à carga horária semanal, respeitados os níveis de vencimentos respectivos.

## TÍTULO IV



## DO PESSOAL PERTENCENTE AO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 — Os Professores, ou Especialistas de Educação, pertencerão ao Quadro Próprio do Magistério — MPP — 100, MPE — 200 e MPC — 400 (anexos I-A, I-B e I-C), através de admissão, no caso de celetistas (MPC-300) e, quando detentores de cargos, através de provimento por nomeações, promoção, acesso, transferência, reintegração, reversão, readmissão ou enquadramento.

§ 1º — O Pessoal do Magistério admitido através da CLT também faz jus à promoção, acesso transferência e readmissão.

§ 2º — Só pode ser provido em cargo do Magistério, através de concursos públicos, quem satisfazer aos requisitos seguintes:

I — ser brasileiro;

II — ter idade mínima de dezoito (18) e máxima de quarenta e cinco (45) anos até a data da inscrição ao concurso;

III — haver cumprido as obrigações e os encargos militares previstos em lei;

IV — estarem em gozo dos direitos políticos;

V — gozar de boa saúde, comprovada mediante inspeção médica de órgão oficial do Estado e de capacidade física e mental para o trabalho;

VI — ter boa conduta;

VII — possuir habilitação e/ou qualificação para o exercício do cargo.

§ 3º — Não fica sujeito ao limite de idade de que trata o item II, do parágrafo 1º deste artigo:

a) o ocupante de cargo público;

b) quem exerceu, ou esteja exercendo, atividades no Magistério Oficial do Estado, desde que a idade cronológica do candidato, subtraído o tempo de serviço, não ultrapasse o limite máximo de idade fixado no inciso II, do parágrafo 1º, deste artigo.

JUSTIFICATIVA: a) O artigo 16 (17 do Anteprojeto) foi modificado em virtude da sua fusão com o artigo 17 (dezoito do Anteprojeto).

b) O artigo 17 (dezoito do Anteprojeto) foi suprimido por estar inserido no artigo 16 deste capítulo por ser pertinente ao mesmo.

c) Ao art. 16 (17 do Anteprojeto), inciso V, foi acrescido “e mental”. Não são poucos os casos de funcionários públicos que não o seriam se submetidos fossem a exame também de sanidade mental. Vem trazendo dissabores à classe que débeis mentais passem a exercer papel relevante na ordem pública, como funcionário estadual, mesmo por período apenas de dois anos, o do estágio probatório.

d) No inciso VII do parágrafo 1º deve-se acrescentar a expressão “e/ou qualificação”.

e) Suprimiu-se o § 3º do art. 17 do Anteprojeto. Isto porque o “Capítulo” deste parágrafo é por demais óbvio, e o restante, por questão técnica e de clareza, passou a fazer parte da letra “b” do § 2º.

### CAPÍTULO II

#### DOS CONCURSOS

Art. 23 — A realização de concursos públicos para provimento de cargos cabe ao órgão competente do Poder Executivo.

Art. 24 — Os provimentos de cargo de cada nível de atuação serão feitos mediante concurso público de provas e títulos.

Parágrafo único — Os concursos deverão realizar-se de dois em dois anos, ou em menos tempo, pela ocorrência de vagas, e serão de caráter regional ou municipal, nos termos do respectivo regulamento.

JUSTIFICATIVA: No parágrafo do artigo 24 (20 do Anteprojeto) foi suprimida a expressão “salvo necessidade do ensino” que daria margem ao Estado realizá-lo ou não, dentro de dois anos, dependendo da necessidade do Ensino. Este parágrafo foi modificado com acréscimo de “ou em menos tempo”, atendendo as necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 25 — Das instruções para o concurso, entre outros

elementos oportunos, deverão constar: o limite de idade dos candidatos, o número de vagas a serem providas e distribuídas por regiões bem como o prazo da validade do mesmo.

JUSTIFICATIVA: Suprimiram-se as expressões “especialização e alocação” por serem imprecisas e abstratas, bem como foi substituída “áreas” por “regiões” para evitar-se a dúvida interpretação.

Art. 26 — Encerradas as inscrições para concurso destinado ao provimento de qualquer cargo do Quadro Próprio do Magistério, não se abrirão novas, antes da realização do concurso se este ocorrer dentro do prazo estipulado inicialmente.

JUSTIFICATIVA: Ao artigo 26 (22 do Anteprojeto) foi acrescido: “se este ocorrer dentro do prazo estipulado inicialmente”. De fato, isto ocorreu em 1969, quando adiaram a realização do concurso e novos professores, com isso, já se tinham licenciado e foram impedidos de se inscreverem a tal concurso.

### CAPÍTULO III

#### DAS NOMEAÇÕES

Art. 27 — As nomeações serão feitas:

a) em caráter efetivo, nos casos de provimento mediante concurso de provas e títulos;

b) em comissão, quando se tratar de cargo que, em virtude de Lei assim deva ser provido, respeitada a qualificação e demais condições legais.

§ 1º — A nomeação, em caráter efetivo, observará o número de vagas existentes, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação no concurso e será feita para o Grupo Ocupacional respectivo, nas Séries de Classes, correspondente em seu nível de atuação, atendido o requisito, de aprovação em exame de saúde, ressalvados os casos de incapacidade física e mental parciais, que de acordo com a Lei, não impeçam o exercício do cargo.

§ 2º — Os candidatos que obtiverem classificação até o limite do número de cargos, para cujo provimento tenha sido aberto o concurso, serão chamados, mediante edital, para escolher, na ordem da respectiva classificação, o estabelecimento, complexo escolar ou centro interescolar indicados, onde exercerão os seus cargos.

§ 3º — A falta de escolha de vaga na data determinada, ou o período de sustação da nomeação, seja qual for o motivo invocado, se apresentado posteriormente à escolha de vaga, importará em renúncia à faculdade de que trata o parágrafo anterior.

JUSTIFICATIVA: a) Como se observa, alterou-se a redação do parágrafo 1º no intuito de clarear o seu conteúdo.

b) Esclareceu-se o que vem a ser cargo em Comissão: artigo 21, letra “b”. No Anteprojeto nada foi definido. Houve apenas referência à Lei 6174/70, e, mesmo assim, de modo impreciso.

c) Foi suprimido o parágrafo 2º deste artigo (23 do Anteprojeto) por ser desnecessário, podendo acarretar demora na nomeação.

Não basta que o artigo 28 do Anteprojeto mande a autoridade averiguar a documentação?

d) No parágrafo 2º, por questão de terminologia e clareza, trocou-se “complexo escolar” por “unidade escolar”, “prestarão serviços” por “exercerão seus cargos”.

### CAPÍTULO IV

#### DA POSSE

Art. 28 — Posse é o ato de investidura em cargo do Quadro Próprio do Magistério.

Parágrafo único — Dispensa-se a posse nos casos de promoção, acesso, reintegração e enquadramento.

JUSTIFICATIVA: Ao parágrafo único do art. 28 (24 do Anteprojeto) foi acrescido o termo “enquadramento”, por ser óbvio.

Art. 29 — Tem-se por empossado o Professor, ou Especialista de Educação, após a assinatura de um termo, em que conste o ato que o nomeou e o compromisso de fiel cumprimento dos deveres e atribuições do cargo.

Parágrafo único — É essencial para sua validade que o termo seja assinado a menos pelo nomeado e pela autoridade que lhe deu posse, e mencione a exibição dos documentos necessários para o ato.

JUSTIFICATIVA: Alterou-se a posição das palavras por questão de clareza e estilo.

Art. 30 — São competentes para dar posse:

a) o Secretário de Estado da Educação e da Cultura aos ocupantes de cargos que lhe sejam diretamente subordinados;  
b) o Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação e Cultura ao Professor, ou Especialista de Educação, do Quadro Próprio do Magistério;

c) os Inspectores Regionais de Ensino, por delegação de poderes por quem de direito.

JUSTIFICATIVA: Na letra "C", ao invés de "por delegação de quem de direito", "por delegação de poderes de quem de direito".

Art. 31 — Poderá haver posse por procuração, com poderes expressos, quando se tratar de Professor, ou Especialista de Educação, ausente do País, em missão do Governo, ou ainda, em casos especiais, a juízo da autoridade competente.

Art. 32 — A autoridade que der posse verificará, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições legais para a investidura.

Art. 33 — A posse deve verificar-se no prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação do Decreto de nomeação no órgão oficial.

§ 1º — O prazo de que trata este artigo será prorrogado por até trinta (30) dias, mediante solicitação escrita e fundamentada do interessado, à autoridade competente para dar posse.

§ 2º — Exercendo o nomeado cargo que permita acumulação legal, e estando em férias ou de licença, o prazo para a posse, começará a contar quando ele regressar ao serviço.

§ 3º — Não se efetivando a posse, por culpa do nomeado, dentro dos prazos previstos neste artigo, tornar-se-á sem efeito a nomeação.

JUSTIFICATIVA: a) no artigo 27 (29 do Anteprojeto) foi acrescentado um novo parágrafo, o 2º, objetivando proteger o funcionário público que estivesse em férias ou de licença, a quem a tomada de posse seria prejudicial ao curso que porventura estivesse fazendo, ou às férias que estivesse gozando;

b) a redação do parágrafo 1º está confusa: a quem o interessado deve solicitar a prorrogação do prazo? ademais quinze (15) dias não é tempo muito mirrado? Ficará claro o artigo com a nova redação.

## CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO

Art. 34 — O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do professor e comunicados pelo chefe imediato ao seu superior hierárquico.

Parágrafo único — Ao Chefe imediato do nomeado compete dar-lhe exercício.

JUSTIFICATIVA: — Ao invés de referência à Lei 6174/70, transcreveu-se, de forma atualizada, todo o capítulo referente a "Do Exercício", passando a ter 5 artigos em lugar de 1 do Anteprojeto (art. 30).

Art. 35 — O exercício do cargo ou função terá início no prazo de trinta (30) dias, contados:

I — da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração, remoção, transferência e readmissão;

II — da posse, nos demais casos.

Art. 36 — O Professor, ou Especialista de Educação, quando removido, terá direito aos seguintes prazos, contados da publicação oficial do ato respectivo, para retomar o exercício:

I — Dez dias, quando removido para repartição ou estabelecimento de ensino do mesmo Município.

II — Quinze dias, quando removido para repartição ou estabelecimento de ensino, localizado em outro Município.

§ 1º — Os prazos serão contados ao término das férias ou licença.

§ 2º — O afastamento do Professor ou Especialista de

Educação, é permitido para fim determinado e prazo certo.

Art. 37 — Ressalvados os casos previstos neste Estatuto, fica sujeito a processo administrativo para demissão, por abandono de cargo, o Professor, ou Especialista de Educação, que interromper por trinta dias consecutivos, ou sessenta alternados, o exercício de suas atividades durante o ano letivo.

Art. 38 — Nenhum Professor, ou Especialista de Educação, poderá ausentar-se do Estado, por mais de 30 dias, para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem autorização ou designação expressa do chefe do Poder Executivo, salvo em gozo de licença ou férias.

## CAPÍTULO VI

### DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 39 — Estágio Probatório é o período de dois anos de efetivo exercício a contar do início deste durante o qual serão apurados os requisitos necessários à confirmação do Professor ou Especialista de Educação no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

§ 1º — Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:

I — idoneidade moral;

II — assiduidade;

III — disciplina;

IV — eficiência.

§ 2º — Quando o Professor, ou Especialista de Educação, em estágio probatório, não preencher qualquer dos requisitos enumerados no parágrafo primeiro deste artigo caberá ao chefe imediato, sob pena de responsabilidade parcial o processo competente, dando ciência do fato, por escrito, ao interessado.

§ 3º — O processo referido no parágrafo anterior deverá depender da apuração de requisitos especiais de capacidade, devendo conformar-se às normas próprias do ensino.

§ 4º — Se no processo ficar comprovado o não preenchimento das condições do estágio probatório, o Professor, ou Especialista de Educação, será exonerado, sob proposta do Secretário de Estado da Educação e da Cultura.

§ 5º — Sem prejuízo da iniciativa a que se refere o parágrafo 2º deste artigo, deve o chefe imediato do Professor, ou Especialista de Educação, em estágio probatório, encaminhar, ao seu superior hierárquico, até sessenta (60) dias antes da conclusão do prazo de estágio, relatório circunstanciado sobre o cumprimento de cada um dos requisitos previstos no parágrafo primeiro, podendo, se for o caso, ser determinada, pela autoridade competente, a instauração do processo de que trata o parágrafo segundo deste artigo.

§ 6º — Será dispensado do estágio probatório, por ser considerado já realizado, o Professor, ou Especialista de Educação, que tiver, no dia da posse, pelo menos três anos de serviços prestados ao Estado do Paraná, relacionados ao magistério, obedecidos os requisitos do parágrafo primeiro.

JUSTIFICATIVA: a) Caracterizou-se melhor na sua redação o que se entende por "se conformará ao que dispuser a regulamentação própria".

b) Para se fazer justiça foi acrescentado a este artigo (art. 31 do Anteprojeto) o parágrafo 6º.

Considerando a existência de muitos professores que, já há muitos anos, vêm trabalhando no magistério, deveriam ser dispensados do Estágio Probatório, por ser desnecessário a quem já deu provas de eficiência e por já tê-lo cumprido.

## CAPÍTULO VII

### DA PROMOÇÃO

Art. 40 — A promoção será representada por avanço horizontal, vertical e diagonal.

§ 1º — O avanço horizontal constitui-se na progressão quinquenal, estabelecida no inciso I, artigo 162, da presente lei.

§ 2º — Haverá dois tipos de avanços verticais:

a) avanço vertical por qualificação, através de concurso de provas e títulos a que se submete o Professor ou Especialista

de Educação, para passar de um nível de atuação para outro, da mesma classe, com idêntica remuneração, respeitada a habilitação profissional legal e a linha de correlação fixada na sistemática de classificação de cargos adotados por esta Lei.

b) avanço vertical por habilitação, feito pelo critério exclusivo do nível de formação do Professor, ou Especialista de Educação, para a elevação à classe de remuneração superior, mas dentro do mesmo nível de atuação.

§ 3º — O avanço diagonal, de que trata o artigo onze (11) efetua-se pelo critério de créditos e constitui-se na elevação do Professor, ou Especialista de Educação, dentro da mesma classe, e de acordo com a tabela de créditos para promoções, constante do Anexo III deste Estatuto.

§ 4º — Não poderá ser promovido, por avanço vertical ou diagonal, sob qualquer forma, o Professor, ou Especialista de Educação, aposentado, em disponibilidade, em licença para exercer mandato eletivo ou para tratar de interesses particulares.

§ 5º — Anualmente será feito para o Pessoal do Magistério, em todas as áreas de atuação, a promoção vertical por habilitação.

§ 6º — O Conselho do Magistério, semestralmente, deverá encaminhar em época oportuna, para efeito orçamentário, a relação do número e modalidades das alterações decorrentes das promoções.

§ 7º — O Professor, ou Especialista de Educação, em prazo determinado nunca inferior a um mês, deverá apresentar ao Conselho do Magistério os títulos que se fizerem necessário à promoção.

JUSTIFICATIVA: Foram suprimidas as expressões: "Feito pelo critério de antigüidade de referência" do parágrafo 1º: "com idêntica remuneração", da letra "a" do mesmo parágrafo; "Estágio Probatório" do parágrafo 4º; pois ao tomar posse o Professor ou Especialista de Educação já tem seu mérito reconhecido; idem expressão "de uma classe para outra", por ser pleonástica, por isso desnecessária; "de dois em dois anos", foi substituída "anualmente" do parágrafo 5º; para evitar que o Professor, ou Especialista de Educação, que não apresentar a documentação em tempo hábil, tenha de aguardar os dois anos. Ademais, é anual a Dotação Orçamentária. Anualmente, pois, o Estado arcará com mais estas despesas evitando acumulá-las nos dois anos. Acima de tudo, com isso o Pessoal do Magistério estará altamente motivado para se aperfeiçoar, cumprindo assim, um dos principais objetivos da Educação.

Art. 41 — Merecimento é a demonstração positiva, pelo Professor ou Especialista de Educação, durante sua permanência na classe, de pontualidade e assiduidade, capacidade e eficiência, espírito de colaboração e ética profissional, cumprimento de deveres e qualificações comprovadas através de curso ou estágio de aperfeiçoamento, retreinamento, atualização ou especialização para o desempenho das atribuições de classe superior, na forma desta Lei.

Parágrafo único — As promoções por merecimento serão processadas na forma do Anexo III, anualmente.

Art. 42 — O interstício para concorrer a qualquer promoção será de um ano.

JUSTIFICATIVA: O artigo 34 do Anteprojeto deverá ser reformulado: em vez de "dois anos" deve-se empregar "de um ano". Ademais ele faz referência ao artigo anterior, quando o mesmo aborda o avanço diagonal, e este trata do vertical.

Art. 43 — O Professor, ou Especialista de Educação, promovido, ocupará na classe superior, referência correspondente àquela em que se encontrava, na classe inferior, até atingir a referência limite.

Art. 44 — As promoções serão processadas na forma do respectivo regulamento.

#### CAPÍTULO VIII DO ACESSO

Art. 45 — Acesso é a passagem do Professor, ou Especialis-

ta de Educação, ocupante de cargo, ou emprego, que integra Série de Classes do Quadro Próprio do Magistério, ao cargo, ou emprego, inicial da Série de Classes afins, respeitada a habilitação profissional legal.

Parágrafo único — Quando o integrante do Quadro Próprio do Magistério deixar o cargo, ou emprego que obtivera por acesso, deverá retornar à classe e ao nível de atuação que ocupava anteriormente.

JUSTIFICATIVA: A nova redação dada ao Parágrafo único deste artigo objetiva tão somente a clareza do seu conteúdo e a inclusão do celetista.

Art. 46 — Na aplicação do artigo quarenta e cinco (45), conservar-se-á a mesma referência em que se encontrava na situação anterior, sem interrupção de contagem de tempo de serviço, para efeito de promoção horizontal.

Art. 47 — O acesso aos diversos cargos, ou empregos, de Classes Singulares, ou Séries de Classes do Quadro Próprio do Magistério, será regulamentado em Atos do Poder Executivo, observado o artigo vinte e dois (22) da presente Lei.

JUSTIFICATIVA: Suprimiu-se no artigo 41 (39 do Anteprojeto) as expressões "observada a Lei Federal 5692/71" e "a legislação aplicável", acrescentando-se o artigo 22 da presente Lei.

#### CAPÍTULO IX DA TRANSFERÊNCIA

Art. 48 — Transferência é a passagem do ocupante de cargo, ou emprego, do Quadro Próprio do Magistério, de uma para outra atividade, no mesmo ou em outro grupo ocupacional.

§ 1º — Só se permite transferência quando houver vaga remanescente de promoções por acesso, precedida essa de concurso de provas e títulos, cujo prazo de validade ainda não tenha expirado.

§ 2º — A transferência só poderá ser feita para cargo ou emprego do mesmo nível de vencimento.

§ 3º — Atendidas as exigências dos parágrafos anteriores, cumulativamente com as de habilitação e qualificação, poderá haver transferência do Professor, ou Especialista de Educação, de uma atividade para outra.

JUSTIFICATIVA: Houve o acréscimo do termo "emprego" e no parágrafo 3º trocou-se: "função docente para cargo de especialista, ou vice-versa", por "uma atividade para outra", para melhor precisão de terminologia. Foi suprimido todo o artigo 41 do Anteprojeto, por ser óbvio o por ele previsto.

#### CAPÍTULO X DA REINTEGRAÇÃO

Art. 49 — A reintegração, que decorre da decisão administrativa ou judicial, passada em julgado, é o reingresso do Professor, ou Especialista de Educação, no Quadro Próprio do Magistério com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento.

Parágrafo único — A decisão que determinar a reintegração será proferida em pedido de reconsideração, em recurso ou em revisão de processo, após pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 50 — Invalidada por sentença a demissão, o Professor ou Especialista de Educação, será reintegrado, e exonerado quem lhe ocupa o lugar, ou, se ocupava outro cargo, a este reconduzido, sem direito à indenização.

§ 1º — Se houver sido transformado o cargo, ou emprego, e se extinto, em que se deve verificar a reintegração, esta se fará em outro cargo, ou emprego, da classe a que pertencer o Professor, ou Especialista de Educação, respeitada a habilitação e/ou qualificação.

§ 2º — Não sendo possível fazer-se a reintegração na forma prevista no artigo anterior, o Professor, ou Especialista de Educação, será posto em disponibilidade com os vencimentos e vantagens a que tiver direito.

§ 3º — O Professor, ou Especialista de Educação, reintegrado será submetido à inspeção médica.

§ 4º — Se for verificada a incapacidade física do Profes-

sor ou Especialista de Educação, reintegrado para o exercício das respectivas funções, será ele aposentado no cargo em que tenha sido levada a efeito a sua reintegração.

#### CAPÍTULO XI DO APROVEITAMENTO

Art. 51 — Aproveitamento é o reingresso ao Magistério Público do Professor, ou do Especialista de Educação, em disponibilidade.

§ 1º — É obrigatório o aproveitamento do Professor, ou do Especialista de Educação, em disponibilidade, desde que satisfaça os requisitos exigidos para o aproveitamento no cargo.

§ 2º — O aproveitamento do Professor, ou do Especialista de Educação, far-se-á, preferencialmente, em cargo equivalente, por sua natureza e vencimento, ao anteriormente ocupado, e na mesma localidade, em que exercia sua atividade.

§ 3º — O Professor, ou Especialista de Educação, em disponibilidade pode ser convocado pelo Chefe do Poder Executivo para prestação de serviço no setor educacional em cargo compatível com a sua formação profissional.

§ 4º — Se dentro dos prazos legais, o Professor, ou Especialista de Educação, não tomar posse e/ou não entrar no exercício do cargo em que haja sido aproveitado, torna-se sem efeito o aproveitamento, e cassada a disponibilidade com perda de todos os direitos de sua anterior situação.

§ 5º — Se o aproveitamento se der em cargo de vencimentos inferior ao provento da disponibilidade, terá o Professor, ou Especialista de Educação, direito à diferença.

§ 6º — Será aposentado no cargo anteriormente ocupado, o Professor, ou Especialista de Educação, em disponibilidade que for julgado incapaz em inspeção médica. Para o cálculo da aposentadoria, será levado em conta o período de disponibilidade.

#### CAPÍTULO XII DA REVERSÃO

Art. 52 — Reversão é o reingresso no Magistério, do Professor, ou Especialista de Educação, quando aposentado com 55 e 60 anos ou menos de idade, sendo mulher ou homem, respectivamente, insubsistindo os motivos da aposentadoria, podendo ser feita a pedido, comprovada sua sanidade física e mental, através de laudo médico.

§ 1º — Nenhum prejuízo sofrerá o Professor, ou Especialista de Educação, aposentado em decorrência de invalidez, quando revertido ao Magistério.

§ 2º — O Professor, ou Especialista de Educação, que tenha obtido reversão não poderá ser novamente aposentado, sem que, a partir de então, haja decorrido cinco (5) anos de efetivo exercício, salvo se a nova aposentadoria for por motivo de invalidez.

#### CAPÍTULO XIII DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 53 — Pode haver substituição quando o Professor, ou Especialista de Educação, entrar em gozo de licença ou interromper suas atividades.

Art. 54 — As substituições serão preenchidas, preferencialmente, por Professores, ou Especialistas de Educação, do mesmo estabelecimento de ensino ou de outros, cuja carga horária somada a do Professor substituído, não poderá ultrapassar o limite máximo de 40 horas semanais na forma do Anexo I-C.

Art. 55 — As substituições por prazo não excedente a quatorze (14) dias, poderão ser feitas graciosamente pelo Pessoal Docente do Estabelecimento, observado sempre o percentual mínimo de permanência, previsto no artigo vinte (20) deste Estatuto; as excedentes a 14 dias, serão pagas, e, se feitas por Professor, ou Especialista de Educação, que não exerça atividade no Estado, serão remuneradas através de Contrato regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único — As substituições remuneradas dependem de ato da SEEC e dão direito ao vencimento, ou remunera-

ção, na forma deste Estatuto, e durarão enquanto subsistirem os motivos que as determinaram.

JUSTIFICATIVA: Segundo a linha de trabalho adotada até aqui, foram acrescidos e atualizados os capítulos "Do Aproveitamento", "Da Reversão" e "Da Substituição", optou-se por uma forma e que se crê ser justa e objetiva: As Substituições esporádicas até 14 dias, e que são as mais comuns, nenhum ônus acarretarão ao Estado, pois serão feitas por Professores que estiverem em permanência no estabelecimento.

#### CAPÍTULO XIV DA READAPTAÇÃO

Art. 56 — Readaptação é o provimento do Professor, ou do Especialista de Educação, em cargo mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual e vocação, podendo ser realizada "ex-officio" ou a pedido, quando ficar devidamente provado que:

I — a modificação do estado físico ou das condições de saúde do Professor, ou Especialista de Educação, diminui sua eficiência na função;

II — o nível de desenvolvimento mental não corresponde mais às exigências da função;

III — a função atribuída ao Professor, ou Especialista de Educação, não mais corresponde aos seus pendoros vocacionais;

IV — o Professor, ou Especialista de Educação, não possui a habilitação profissional exigida em Lei para o cargo que ocupa.

§ 1º — A readaptação prevista neste artigo não acarretará redução de vencimentos e vantagens legais.

§ 2º — A readaptação far-se-á mediante transferência, quando o cargo indicado for do mesmo nível de vencimentos.

§ 3º — O processo de readaptação baseado nos incisos I ou II, deste artigo, será iniciado mediante laudo formado por uma junta médica oficial do órgão competente e, por processo administrativo, no caso dos incisos III e IV.

§ 4º — A readaptação por transferência será feita mediante proposta do Secretário de Estado da Educação e da Cultura.

JUSTIFICATIVA: Alterou-se um pouco, neste capítulo a redação para torná-la mais clara e objetiva.

#### CAPÍTULO XV DA VACÂNCIA

Art. 57 — A vacância dá-se em consequência de:

I — exoneração;

II — demissão;

III — promoção;

IV — acesso;

V — transferência;

VI — aposentadoria;

VII — falecimento.

§ 1º — A exoneração dá-se:

I — a pedido do Professor, ou Especialista de Educação;

II — a critério do Governo, quando se tratar de cargo em comissão.

§ 2º — A demissão é aplicada como penalidade.

#### CAPÍTULO XVI DA READMISSÃO

Art. 58 — Readmissão é o reingresso do Professor, ou Especialista de Educação, demitido ou exonerado no cargo, ou emprego, anteriormente exercido, sem direito a ressarcimento de prejuízos, assegurada a contagem do tempo de serviço anterior para todos os efeitos legais.

§ 1º — A readmissão será aceita quando ficar apurado em processo que não mais subsistem os motivos que a determinaram e nem inconvenienciaram a atividade do Magistério quando a exoneração se tenha processada a pedido.

§ 2º — Em nenhum caso pode efetuar-se readmissão sem que, mediante inspeção médica, fique provada a sanidade física e mental para exercício da atividade do Magistério.

#### CAPÍTULO XVII DO ENQUADRAMENTO

Art. 59 — Enquadramento é o provimento do Professor, ou Especialista de Educação, da Parte Transitória e Permanente do Quadro do Magistério, ora em extinção, para o Quadro Próprio do Magistério, deste Estatuto, satisfeitas as exigências legais e condições previstas para o exercício no nível de atuação em que pleitear.

Parágrafo único — O Professor, ou Especialista de Educação, será enquadrado, na classe, tendo em vista a maior habilitação em cursos e estágios profissionais de aperfeiçoamento, ou especialização, independentemente do nível de atuação em que se situar.

## TÍTULO V

### DOS DIREITOS, VANTAGENS E CONCESSÕES

#### CAPÍTULO I

#### DA REMOÇÃO

Art. 60 — Remoção é a passagem do exercício do Professor, ou Especialista de Educação, de um para outro complexo escolar, centro interestelar ou estabelecimento de ensino, preenchendo vagas, sem que se modifique sua situação funcional.

Art. 61 — Processa-se remoção a pedido, por concurso ou por permuta.

§ 1º — A remoção por concurso, será baseada, sobretudo, no tempo de serviço, no cargo ou emprego e no Magistério, nos trabalhos e cursos realizados, será feita somente durante o período de férias escolares ao fim de cada ano, respeitada rigorosamente a ordem de classificação.

§ 2º — A remoção por permuta pode ser processada em qualquer época a pedido de ambos os interessados, em requerimento conjunto.

Art. 62 — Pelo menos sessenta (60) dias antes da abertura da inscrição para os concursos de ingresso no Magistério, ou de remoção por concurso, o número de horas-atividade disponíveis será relacionado e publicado na Imprensa Oficial, ficando à disposição dos Professores, ou Especialista de Educação, em exercício, por trinta (30) dias.

Parágrafo único — Na hipótese de haver mais de um interessado para o mesmo regime de trabalho, terá preferência o Professor, ou Especialista de Educação, mais antigo no Magistério e, em igualdade de condições, o mais antigo no Município.

JUSTIFICATIVA: Suprimiu-se “Ex-officio” e “no interesse de ensino” em virtude de instabilidade do Pessoal do Magistério que ferindo o Art. 5º capítulo II do Título II, deste Estatuto, acarretaria decadência no Ensino.

A remoção por concurso se processará unicamente no final de cada ano e não só no mesmo Município.

É notório o desespero causado pela remoção semestral, quando muitos Professores, se vêem, repentinamente, sem suas aulas, em decorrência da chegada de colegas removidos. Foram feitas novas redações com o objetivo de maior clareza, melhor técnica do capítulo e mais justiça ao educador.

Art. 63 — Às Professoras, ou às Especialistas de Educação, que comprovarem remoção do cônjuge servidor público será assegurado o direito de remoção para complexo escolar, centro interestelar ou estabelecimento de ensino situado no local para onde tenha sido removido, cabendo à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura determinar o estabelecimento de ensino onde passarão a prestar serviços.

§ 1º — Verificada a hipótese da falta de vagas para a mulher funcionária cujo marido, não sendo servidor público, for removido ou transferido em razão de seu emprego, terá ela preferência anotada para ocupar a primeira vaga que se abrir.

§ 2º — Se a Professora, ou Especialista de Educação, casada, aceitar nomeação para localidade diversa da do domicílio da família, implicará renúncia ao direito de requerer remoção com base no “caput” deste artigo.

§ 3º — Se a mulher exercer cargo de Especialista de Edu-

cação e não houver vaga em seu novo domicílio, assegurar-se-lhe-á o direito de transferência para o Grupo Ocupacional MPP-100 - Pessoal Docente, caso possua habilitação profissional legal.

§ 4º — O Poder Executivo providenciará regulamento para a remoção prevista nesta Lei.

## CAPÍTULO II

### DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 64 — A apuração do tempo de serviço, para efeito de promoção, acesso, aposentadoria ou disponibilidade e gratificação adicional, é feita em dias.

§ 1º — São computados os dias de efetivo exercício, à vista do registro de frequência ou da folha de pagamento.

§ 2º — O número de dias é convertido em anos, considerados estes como de trezentos e sessenta dias (360) dias.

§ 3º — Feita a conversão de que trata o parágrafo anterior, os dias restantes, até cento e oitenta dias (180), não são computados, arredondando-se para um ano quando excedem este número, exclusivamente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 65 — São considerados de efetivo exercício, para os efeitos do artigo anterior, os dias em que o Professor, ou o Especialista de Educação, esteja afastado do exercício em virtude de:

I — férias;

II — casamento, até oito dias;

III — luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, até oito (8) dias;

IV — trânsito;

V — convocação para o serviço militar;

VI — exercício de função do governo, ou administração, em qualquer parte do território estadual, por nomeação do Chefe do Poder Executivo;

VII — exercício de cargo ou função no governo, ou administração por designação do Presidente da República, ou através de mandato eletivo, na administração pública federal, estadual e municipal, inclusive, autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações instituídas pelo Poder Público;

VIII — missão ou estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Chefe do Poder Executivo nos termos de regulamentação em vigor;

IX — o exercício do mandato legislativo da União, dos Estados e dos Municípios.

X — licença especial;

XI — licença para tratamento de saúde;

XII — licença ao Professor, ou Especialista de Educação, que sofrer acidente no trabalho ou for atacado de doença profissional, na forma dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º deste artigo;

XIII — licença à Professora, ou Especialista de Educação, gestante;

XIV — faltas até o máximo de três consecutivas durante o mês, por motivo de doença comprovada na forma regulamentar;

XV — licença por motivo de doença em pessoa da família: cônjuge, filhos, pai, mãe ou irmão, até noventa dias, num quinquênio;

XVI — licença compulsória.

§ 1º — Para os efeitos desta lei, entende-se por acidente de trabalho o evento que cause dano físico ou mental ao Professor, ou Especialista de Educação, por efeito ou na ocasião do serviço.

§ 2º — Equipara-se a acidente no trabalho, quando não provocada, a agressão sofrida pelo Professor, ou Especialista de Educação, no Serviço ou em razão dele.

§ 3º — Por doença profissional, para os efeitos desta lei, entende-se aquela que decorrer das condições do serviço ou

de fator nele contidos.

§ 4º — Nos casos previstos nos parágrafos 1º, 2º e 3º, deste artigo, o laudo, resultante da inspeção médica, deverá estabelecer rigorosamente a caracterização do acidente no trabalho e da doença profissional.

§ 5º — É considerado como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período compreendido entre a data do laudo que determinar o afastamento definitivo do funcionário e a decretação da respectiva aposentadoria.

Art. 66 — Computar-se-á para todos os efeitos legais:

I — o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, desde que remunerado;

II — o período de férias não gozadas na administração estadual contado em dobro.

Art. 67 — Para os efeitos da aposentadoria e disponibilidade será computado integralmente:

I — o tempo de serviço público federal, estadual, ou municipal prestado aos demais Estados da Federação.

II — o período de serviço ativo nas Forças Armadas, prestado durante a paz, computado pelo dobro o tempo em operação de guerra;

III — tempo de serviço prestado em empresa pública, sociedade de economia mista ou função instituída pelo Poder Público Estadual;

IV — o período de trabalho prestado à instituição de caráter privado;

V — o tempo em que o Professor, ou Especialista de Educação, esteve em disponibilidade ou aposentado.

Art. 68 — Durante o exercício do mandato eletivo federal ou estadual, o Professor, ou Especialista de Educação, fica afastado do exercício do cargo, e somente por antiguidade, pode ser promovido ou provido por acesso, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para essa promoção, acesso e aposentadoria.

§ 1º — Se o mandato for de Prefeito, o Professor, ou Especialista de Educação, é licenciado em opção de vencimento e sem prejuízo dos demais direitos assegurados em lei.

§ 2º — Se o mandato for de Vereador, o Professor, ou Especialista de Educação, pode licenciar-se sem perda de vencimento ou obter horário especial para frequência às sessões da Câmara, com opção de vencimentos, se o mandato for remunerado.

Art. 69 — É vedada a cumulação do tempo de serviço prestado, concorrente ou simultaneamente, em dois ou mais cargos ou funções da União, dos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, Fundações instituídas pelo Poder Público, e instituições de caráter privado que hajam sido convertidas em estabelecimentos de serviço público.

Art. 70 — Não se computa para nenhum efeito o tempo de serviço gratuito.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTABILIDADE

Art. 71 — Estabilidade é a situação adquirida pelo Professor, ou Especialista de Educação, efetivo, após o cumprimento dos requisitos atinentes ao estágio probatório, que lhe garantem a permanência no cargo.

Parágrafo único — A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo ou função.

Art. 72 — São estáveis, após dois anos de exercício, os Professores e Especialistas de Educação nomeados por concurso.

Parágrafo único — A estabilidade referida neste artigo é adquirida nos termos deste artigo, ou imediatamente à posse, ocorrendo a hipótese do Parágrafo 6º do Artigo 39.

Art. 73 — O funcionário somente perderá o cargo:

I — quando estável, em virtude de sentença judiciária ou processo administrativo, que haja concluído pela demissão, após assegurar-lhe ampla defesa.

II — quando em estágio probatório, não for confirmado

em decorrência do não atendimento daquelas disposições, ou, em decorrência do processo administrativo.

### CAPÍTULO IV

#### DAS FÉRIAS

Art. 74 — As férias do Professor, ou Especialista de Educação, não poderão ser inferiores a sessenta (60) dias por ano, dos quais, pelo menos, trinta (30) dias devem ser consecutivos.

### CAPÍTULO V

#### DAS LICENÇAS

Art. 75 — Conceder-se-á a Licença ao Pessoal do Magistério:

I — para tratamento de saúde;

II — quando acometido de doenças especificadas nos artigos noventa e nove (99) e cento e dois (102);

III — quando acidentado no exercício de suas atividades;

IV — para repouso à gestante;

V — por motivo de doença em pessoa da família;

VI — quando convocado para o serviço militar;

VII — para o trato de interesses particulares;

VIII — à funcionária casada, por motivo de afastamento do cônjuge, funcionário civil ou militar, servidor de autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público;

IX — em caráter especial;

X — para concorrer a cargo eletivo;

XI — para frequência a curso de aperfeiçoamento, pós-graduação e outros, a juízo do Poder Executivo.

Art. 76 — O Pessoal do Magistério em Estágio Probatório não tem direito às licenças dos incisos VII e IX do artigo anterior, e os celetistas não têm direito às previstas nos incisos VII e XI do mesmo artigo.

Art. 77 — São competentes para conceder as licenças, o Secretário de Estado da Educação e da Cultura e o Titular da Diretoria de Administração da SEEC.

Art. 78 — A licença que depende de inspeção médica é concedida pelo prazo indicado no atestado médico.

Parágrafo único — Vencido o prazo, o Professor, ou Especialista de Educação, deve submeter-se a novos exames e o laudo poderá concluir pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art. 79 — Terminada a licença, o Professor, ou Especialista de Educação, tem que reassumir imediatamente o exercício, ressalvado o caso de licença "ex-officio" ou a pedido.

Art. 80 — A Licença para tratamento de saúde pode ser prorrogada "ex-officio" ou a pedido.

§ 1º — O pedido deve ser apresentado antes de findo o prazo da licença; se indeferido, conta-se como da Licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho denegatório.

§ 2º — Quando o pedido de prorrogação for apresentado depois de findo o prazo de licença, não se conta, como licença, o período compreendido entre o dia de seu término e o do conhecimento oficial do despacho.

Art. 81 — O Professor, ou Especialista de Educação, não pode permanecer em licença por prazo superior a vinte e quatro (24) meses, ressalvados os casos de serviço militar, aposentadoria especial, funcionária casada para acompanhar o marido.

Art. 82 — Decorrido o tempo estabelecido no artigo anterior, o Professor, ou Especialistas de Educação, será submetido à inspeção médica e, aposentado, se considerado definitivamente inválido para o serviço público em geral.

Art. 83 — O Professor, ou Especialista de Educação, que se encontrar fora do Estado, deve, para fins de prorrogação ou concessão de licença, dirigir-se à autoridade competente a que esteja diretamente subordinado, juntando o laudo médico do serviço oficial do lugar em que se encontrar, indicando ainda a sua residência.

Art. 84 — A licença a que se refere o artigo 65, inciso X,



é concedida na forma estabelecida pela legislação eleitoral.

Art. 85 – Verificando-se, como resultado da inspeção médica feita pelo órgão competente, redução da capacidade física do Professor, ou do Especialista de Educação, ou estado de saúde, que desaconselhe o exercício das funções inerentes a seu cargo, e desde que não se configure a necessidade de aposentadoria nem de licença para tratamento de saúde, poderá o Professor ou Especialista de Educação, ser readaptado para cargos que exijam tarefas diferentes das que lhes cabem, na forma do disposto no artigo 56, sem que essa readaptação lhe acarrete qualquer prejuízo.

### SEÇÃO I DA LICENÇA ESPECIAL

Art. 86 – Ao Professor ou Especialista de Educação, estável, que durante o período de dez anos consecutivos não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado o direito à Licença Especial de seis meses, por decênio, com vencimentos e demais vantagens ao seu cargo.

Parágrafo Único – Após cada quinquênio de efetivo serviço, ao Professor, ou Especialista de Educação, que a requerer conceder-se-á Licença Especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo, como adiantamento da Licença prevista no “caput” deste artigo.

Art. 87 – Para os fins previstos no artigo anterior, não são considerados como afastamento do exercício:

- I – férias e trânsito;
- II – casamento, até oito (08) dias;
- III – luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe ou irmão, até oito (08) dias;
- IV – convocação para o serviço militar;
- V – juri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VI – licença para tratamento de saúde, até o máximo de seis (06) meses por quinquênio;
- VII – licença por acidente em serviço ou moléstia profissional;
- VIII – licença à funcionária gestante;
- IX – licença por motivo de doença em pessoa da família, até três meses por quinquênio;
- X – moléstia devidamente comprovada, até três (03) dias por mês;
- XI – missão ou estudo no País ou no Exterior, quando designado ou autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;
- XII – exercício de outro cargo estadual, de provimento em comissão.

Parágrafo Único – Não se inclui no prazo de licença especial o período de férias regulamentares.

Art. 88 – A licença especial pode ser usufruída de uma vez ou parceladamente, em períodos de dois ou três meses, desde que o parcelamento não ocorra no mesmo ano civil.

Art. 89 – O período de gozo da Licença Especial é computado integralmente como de efetivo exercício.

Art. 90 – A contagem de tempo de efetivo exercício para assegurar o direito à licença especial é feita por decênios completos.

Parágrafo Único – A contagem para a concessão prevista no parágrafo único do artigo 86, é feita por quinquênios completos.

Art. 91 – Não podem gozar licença especial, simultaneamente, o Professor ou Especialista de Educação e seu substituto legal. Neste caso, tem preferência para o gozo da licença quem requereu em primeiro lugar, ou quando requerido ao mesmo tempo, aquele que tenha mais tempo de serviço.

Parágrafo Único – Na mesma repartição ou estabelecimento de ensino, não podem gozar licença especial, simultaneamente, Professor ou Especialista de Educação em número superior a sexta parte do total do respectivo quadro; quando o número for inferior a seis, somente um deles pode estar no gozo da

licença. Em ambos os casos, a preferência é estabelecida na forma prevista neste artigo.

Art. 92 – Se o Professor ou Especialista de Educação não quiser gozar do benefício, ficará, para todos os efeitos legais, com seu acervo acrescido da licença especial que deixou de usufruir.

### SEÇÃO II LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 93 – A licença para tratamento de saúde, é concedida a pedido ou “ex-offício”.

§ 1.º – Num e noutro caso, é indispensável a inspeção médica que deve realizar-se, sempre que necessário na residência do Professor ou do Especialista de Educação.

§ 2.º – Para a licença até trinta (30) dias, a inspeção médica deve ser feita por médico oficial, admitindo-se quando assim não seja possível, atestado passado por médico particular, com firma reconhecida, o qual só produzirá efeito depois de homologado pelo órgão médico estadual competente.

§ 3.º – Quando não for homologado o laudo, o Professor ou Especialista de Educação será obrigado a reassumir o exercício do cargo, sendo considerado como faltas os dias em que deixou de comparecer ao serviço por haver alegado doença.

§ 4.º – A licença superior a trinta (30) dias só pode ser concedida mediante inspeção por junta médica oficial.

§ 5.º – O atestado e o laudo da junta devem indicar minuciosamente e claramente a natureza e a sede da doença de que é atacado, o Professor ou o Especialista de Educação.

Art. 94 – Verificando-se em qualquer tempo ter sido gracioso o atestado médico ou laudo da junta, a autoridade competente promoverá a punição dos responsáveis, incorrendo o Professor ou Especialista de Educação, que se aproveitar da fraude, na pena de suspensão, e no caso de reincidência, na de demissão, sem prejuízo de ação penal que couber.

Art. 95 – O Professor ou Especialista de Educação, em gozo de licença para tratamento de saúde não pode dedicar-se a qualquer atividade, oficial ou particular, remunerada, ou assistir aulas em curso regular, sob pena de ter cassada a licença e de ser demitido por abandono de cargo.

Art. 96 – Quando licenciado para tratamento de saúde, acidente no exercício de suas atribuições ou doença profissional, o Professor ou Especialista de Educação recebem integralmente o vencimento e as vantagens obtidas.

Art. 97 – O Professor ou Especialista de Educação, acidentado no exercício de suas atribuições, ou que tenha doença profissional, tem direito “ex-offício” ou a requerimento, a licença para o respectivo tratamento.

§ 1.º – Entende-se por doença profissional a que se deva atribuir, como relação de causa efeito, às condições inerentes ao serviço ou fatos nele ocorridos.

§ 2.º – Acidente é o evento danoso que tenha como causa, mediata ou imediata, o exercício das atividades inerentes ao cargo.

§ 3.º – Considera-se também acidente a agressão sofrida e não provocada pelo Professor, ou Especialista de Educação, no exercício de suas atribuições, ou em razão deles.

§ 4.º – A comprovação do acidente, indispensável para a concessão da licença, deve ser feita em processo regular, no prazo de oito dias, prorrogável, por igual prazo, quando o fato ocorrer fora da Capital.

Art. 98 – O Professor ou Especialista de Educação, em gozo de licença para tratamento de saúde, é obrigado a reassumir o exercício, se for considerado apto em inspeção médica, sendo considerado como faltas os dias em que deixar de comparecer ao serviço.

### SEÇÃO III DA LICENÇA COMPULSÓRIA

Art. 99 — O Professor ou Especialista de Educação, ataca- do de tuberculose, alienação mental, neoplasia maligna, ceguei- ra, lepra, paralisia, cardiopatia grave, doença de Parkinson, in- compatíveis com o trabalho e outras moléstias que a lei indicar, na base da medicina especializada, conforme apurado em laudo médico, será compulsoriamente licenciado com direito à percep- ção dos vencimentos integrais e das vantagens obtidas a título permanente.

Parágrafo Único — Há também licença compulsória por interdição declarada pela autoridade sanitária competente por motivo de doença de pessoa cohabitante da residência do Pro- fessor ou Especialista de Educação.

Art. 100 — Para verificação das moléstias acima indicadas, a inspeção médica é feita obrigatoriamente por uma junta de três membros, todos presentes, podendo o Professor ou o Es- pecialista de Educação pedir outra junta e novos exames de laboratório, se não se conformar com o laudo.

Art. 101 — Quando qualquer das moléstias referidas no artigo 99 for adquirida em razão do serviço, o tratamento do professor ocorre por conta do órgão previdenciário do Estado, e sempre que possível, em estabelecimento especializado.

Art. 102 — A licença é convertida em aposentadoria na forma do artigo 82 antes do prazo estabelecido, quando assim opinar a junta médica por considerar definitiva para o serviço público em geral, a invalidez do Professor ou do Especialista de Educação.

#### SEÇÃO IV

##### LICENÇA À PROFESSORA GESTANTE

Art. 103 — À Professora ou à Especialista de Educação gestante, é concedida, mediante inspeção médica, licença por três (03) meses, com direito à percepção dos vencimentos inte- grais e vantagens obtidas a título permanente,

§ 1.º — A Professora ou Especialista de Educação terá direito a licença a partir do sétimo mês de gestação.

§ 2.º — Quando houver necessidade de preservar a saúde do recém-nascido, a licença poderá ser prorrogada até três (03) meses, após pronunciamento do médico oficial.

#### SEÇÃO V

##### LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 104 — O Professor ou Especialista de Educação, po- derá obter licença, até o máximo de vinte e quatro meses, por motivo de doença na pessoa de ascendente, descendente ou co- lateral, consanguíneo ou afim até terceiro grau civil e do côn- juge, do qual não esteja legalmente separado, desde que prove:

a) ser indispensável sua assistência pessoal incompatível com o exercício do cargo;

b) viver às suas expensas a pessoa enferma.

§ 1.º — Nos casos de doença do pai, mãe, filho ou cônju- ge, do qual não esteja legalmente separado, será dispensada a prova da alínea "b".

§ 2.º — Prova-se doença mediante inspeção médica.

§ 3.º — A licença de que trata este artigo é concedida com vencimento até seis (06) meses e daí em diante os seguin- tes descontos:

I — de um terço (1/3) quando exceder de seis (06) meses até doze (12) meses;

II — de dois terços (2/3) quando exceder de doze até dezoito (18) meses;

III — sem vencimento, do décimo nono até o vigésimo quarto.

#### SEÇÃO VI

##### LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR

Art. 105 — Ao Professor e ao Especialista de Educação, que for convocado para o serviço militar, e outros encargos de segurança

nacional, é concedida licença com vencimento, descontada men- salmente a importância que receber na qualidade de incorporado

§ 1.º — A licença é concedida à vista de documentação oficial que comprove a incorporação.

§ 2.º — Ao Professor ou Especialista de Educação, desin- corporado conceder-se-á o prazo não excedente de trinta (30) dias para que reassuma o exercício sem perda de vencimento ou remuneração e, se a ausência exceder esse prazo, será decre- tada a demissão por abandono de cargo, na forma da Lei.

§ 3.º — Quando a desincorporação se verificar em região militar diversa daquela em que estiver situada a sede do estabe- lecimento ou repartição a cuja lotação pertencer o Professor ou o Especialista de Educação, terá este o prazo de quarenta e cinco (45) dias para reassumir o exercício, sem perda do venci- mento ou remuneração.

Art. 106 — Ao Professor e ao Especialista de Educação, que houver feito curso para oficial de reserva das Forças Armadas, é também concedida a licença com vencimento, durante os es- tágios prescritos pelos regulamentos militares, quando por este não tenha direito àquela vantagem pecuniária, assegurado, em caso contrário, o direito à opção.

#### SEÇÃO VII

##### LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 107 — Depois de estável, o Professor ou Especialista de Educação, pode obter licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de dois (02) anos, pror- rogável por mais um (01) a critério da autoridade competente.

Parágrafo Único — O Professor ou Especialista de Educa- ção, deve aguardar em exercício a concessão da licença.

Art. 108 — Não se concede licença para tratar de interes- ses particulares ao Professor ou ao Especialista de Educação nomeado, removido ou transferido antes de assumir o exer- cício.

Art. 109 — Não se concede igualmente, licença para tratar de interesses particulares ao Professor e ao Especialista de Edu- cação que a qualquer título, esteja ainda obrigado à indeniza- ção ou devolução aos cofres públicos.

Art. 110 — Só pode ser concedida licença para tratamento de interesses particulares depois de decorridos dois (02) anos de exercício após o término do anterior.

Art. 111 — O Professor ou Especialista de Educação pode, a qualquer tempo, reassumir o exercício importando o fato na desistência da licença prevista nesta seção.

#### SEÇÃO VIII

##### LICENÇA À PROFESSORA CASADA COM SERVIDOR

Art. 112 — A Professora ou Especialista de Educação, casada com servidor público civil, ou militar, tem direito a licença sem vencimentos, quando o marido for mandato servir, independentemente de solicitação, em outro ponto do territó- rio nacional ou no Exterior.

Parágrafo único — A licença é concedida mediante pedi- do devidamente instruído e vigora pelo tempo que durar a mis- são ou função do marido, até o máximo de dois (02) anos , prorrogável por mais dois (02), a pedido.

#### SEÇÃO VIII

##### DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 113 — É assegurado ao Professor, e ao Especialista de Educação:

I — o direito de requerer ou representar;

II — o direito de pedir reconsideração de ato, ou decisão proferida em primeiro despacho definitivo.

Art. 114 — Para o exercício dos direitos assegurados no ar- tigo anterior, observar-se-á:

I — o requerimento ou representação é dirigido à autoridade

de competente para decidi-lo e encaminhar a decisão por intermédio daquela autoridade a que esteja imediatamente subordinado o requerente;

II — o pedido de reconsideração é dirigido à autoridade que haja expedido o ato ou proferido a primeira decisão, e não pode ser renovado.

§ 1.º — A decisão final do requerimento ou representação deve ser dada no prazo máximo de noventa (90) dias e o pedido de reconsideração no de trinta (30) dias, ambos os prazos contados da data do recebimento das petições, na repartição em que tenha sede a autoridade competente, para decisão.

§ 2.º — Proferida a decisão, será ela imediatamente publicada no órgão oficial, sob pena de responsabilidade do servidor com encargo da publicação.

Art. 115 — Cabe recurso:

I — do indeferimento do pedido de reconsideração;

II — das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos;

§ 1.º — O recurso é dirigido à autoridade imediatamente superior à que tenha expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente às demais autoridades.

§ 2.º — O encaminhamento do recurso poderá ser feito por intermédio da autoridade a que esteja imediatamente subordinado o recorrente ou do próprio interessado.

Art. 116 — O pedido de reconsideração e o recurso não tem efeito suspensivo e o que for provido poderá retroagir, nos seus efeitos à data do ato impugnado.

Art. 117 — O direito de pleitear na esfera administrativa prescreve:

I — em cinco (05) anos, quanto aos atos de que decorram demissão, aposentadoria ou sua cassação e disponibilidade;

II — em cento e vinte (120) dias nos demais casos.

Art. 118 — O prazo de prescrição conta-se da data da publicação oficial do ato impugnado ou, quando este for de natureza reservada, da data da ciência do interessado.

Art. 119 — O pedido de reconsideração e os recursos, quando cabíveis, interrompem a prescrição até duas vezes, recomeçando-se a contagem do prazo a partir da data da publicação oficial do ato impugnado.

Art. 120 — São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 121 — As instâncias administrativas podem ser renovadas:

I — quando se tratar de ato manifestamente ilegal;

II — quando o ato impugnado tenha tido como pressuposto depoimento ou documento, cuja falsidade venha ser comprovada;

III — se, após a expedição do ato, surgir elemento novo de prova, que autorize a revisão do processo.

Art. 122 — As certidões sobre a matéria de Pessoal serão fornecidas pelo Órgão competente, obedecidas as normas constitucionais.

Art. 123 — Aos interessados ou seu representante legal será dada vista do processo administrativo sempre que o solicitar

## CAPÍTULO VII

### DA DISPONIBILIDADE

Art. 124 — Disponibilidade é o afastamento do Professor ou Especialista de Educação, efetivo, em virtude de extinção do cargo, ou da declaração de sua desnecessidade.

Art. 125 — O Professor ou Especialista de Educação, ficará em disponibilidade remunerada;

I — Quando dispondo de estabilidade no serviço, houver sido extinto o cargo em que era titular;

II — quando, tendo sido reintegrado, não for possível, na forma deste Estatuto, sua recondução ao cargo de que era detentor.

§ 1.º — O Professor ou Especialista de Educação, em dis-

ponibilidade será obrigatoriamente aproveitado na primeira vaga que ocorrer, atendidas as condições de habilitação profissional e equivalência de vencimento ou remuneração.

§ 2.º — Restabelecido o cargo, ainda que modificada a sua denominação, será obrigatoriamente aproveitado nele, se já não tiver sido em outro, o Professor ou Especialista de Educação posto em disponibilidade quando da sua extinção.

§ 3.º — A disponibilidade no cargo efetivo não exclui a nomeação para cargo em comissão, com direito à opção de vencimento.

§ 4.º — Enquanto não vagar cargo, nas condições previstas para o aproveitamento do Professor ou Especialista de Educação, em disponibilidade, nem se verificar a hipótese a que alude o parágrafo anterior, poderá o Chefe do Poder Executivo atribuir-lhe em caráter temporário, funções compatíveis com o cargo que ocupava.

Art. 126 — O período relativo à disponibilidade é considerado como de exercício, somente para efeito de aposentadoria e gratificação (adicional).

## CAPÍTULO VIII

### DA APOSENTADORIA

Art. 127 — O Professor ou Especialista de Educação, será aposentado:

I — por invalidez;

II — voluntariamente, após trinta e cinco (35) anos de serviço;

III — compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

§ 1.º — No caso do inciso II, o prazo é reduzido a trinta (30) anos para as mulheres.

§ 2.º — Atendendo à natureza especial do serviço, poderá ocorrer redução dos limites estabelecidos para a aposentadoria, na forma da legislação federal competente.

§ 3.º — A aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licença por período não inferior a vinte e quatro (24) meses, salvo quando a Junta Médica declarar a incapacidade definitiva para o serviço ou na hipótese do artigo 56.

§ 4.º — Será aposentado o Professor ou Especialista de Educação, que, considerado inválido, para o seu cargo, não possa ser transferido para outro cargo do Quadro Próprio do Magistério, na forma do artigo 56.

§ 5.º — No caso do inciso II, comprovado o tempo de serviço e se não for decidido o processo de aposentadoria no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, o Professor ou Especialista de Educação, ficará legalmente dispensado de suas atribuições funcionais.

§ 6.º — No caso do inciso III, o Professor ou Especialista de Educação é dispensado do comparecimento ao serviço, a partir da data em que comprovar haver completado a idade limite.

Art. 128 — Os proventos da aposentadoria são integrais quando:

I — O Professor ou Especialista de Educação contar trinta e cinco (35) anos de serviço, se do sexo masculino e trinta (30) anos de serviço, se do sexo feminino;

II — O Professor ou Especialista de Educação se invalidar por acidente ocorrido no serviço, por moléstia profissional ou doença grave, e contagiosa ou incurável, especificada no artigo 99.

Art. 129 — São proporcionais ao tempo de serviço os proventos de aposentadoria nos demais casos.

Art. 130 — O Professor, ou Especialista de Educação, será aposentado a pedido:

I — com provento correspondente ao vencimento integral do cargo efetivo;

II — com as vantagens do cargo em comissão ou da função gratificada se tiver exercido, por um período não inferior a cinco anos, ininterruptamente ou não, um ou mais cargos em comissão, ou funções gratificadas, assegurando-se-lhe a vantagem do mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze (12) meses, mesmo que ao aposentar-se o Professor ou Especialista de Educação já esteja

fora daquele exercício.

Art. 131 — O Professor, ou Especialista de Educação aposentado compulsoriamente por implemento de idade terá proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 132 — Ocorrendo as condições previstas para aposentadoria a pedido, ao Professor ou Especialista de Educação aposentado por invalidez ou compulsoriamente, serão aplicadas as disposições do artigo 130.

Art. 133 — Os proventos de inatividade serão sempre reajustados nas mesmas bases percentuais dos aumentos concedidos aos servidores em atividade, de categoria equivalente.

Art. 134 — Ressalvado o disposto neste Capítulo, em caso nenhum os proventos de inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

Art. 135 — A aposentadoria produzirá efeito a partir da publicação do respectivo decreto no órgão oficial.

## CAPÍTULO IX

### DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 136 — Vencimento ou remuneração, é a atribuição pecuniária paga ao Professor ou Especialista de Educação, pelo efetivo exercício do cargo, ou emprego, correspondente à classe e ao Regime fixado nesta Lei.

Art. 137 — Haverá para o pessoal do Magistério uma tabela única de valores, classes e regimes de trabalho e às atribuições para as quais são exigidos idênticos níveis de formação, corresponderão iguais níveis de vencimentos, independente do nível de atuação.

Art. 138 — Qualquer aumento ou abono, concedido ao funcionalismo em geral, será extensivo ao Pessoal do Magistério, inclusive aos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 139 — Ao Professor, ou Especialista de Educação nomeado para o exercício de cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento deste cargo, ou pela percepção do vencimento, e demais vantagens de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa correspondente a vinte por cento (20) do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo.

Art. 140 — Ressalvadas as permissões contidas neste Estatuto e outras previstas em Lei, a falta às atividades acarretará descontos proporcionais ao vencimento mensal do Professor ou Especialista de Educação.

Parágrafo Único — Para as atividades extras, o Pessoal do Magistério deverá ser formalmente convocado com antecedência nunca inferior a quarenta e oito (48) horas.

Art. 141 — Para o desconto proporcional referido no artigo anterior, observar-se-ão as regras seguintes:

I — no caso do Especialista de Educação, atribuir-se-á um dia de atividade o valor de um trinta avos (1/30) de seu vencimento mensal.

II — no caso do Professor, considerar-se-á a unidade horária, atribuindo-se-lhe o valor da divisão do vencimento mensal respectivo, pelo número de horas - atividade semanais multiplicadas por quatro e meio (4,5).

Parágrafo único — No caso do inciso I, se ocorrer atraso de até uma hora em relação ao início do expediente, ou, ainda, saída antecipada de até uma hora, o Especialista de Educação, em qualquer das hipóteses, e sofrerá desconto de um terço (1/3) de seu vencimento ou remuneração diária.

Art. 142 — Ainda que tenha sofrido descontos em seus vencimentos por faltas, não se ressarcirá o Professor por atividades de recuperação em obediência ao calendário escolar.

Art. 143 — Para efeito de pagamento, apurar-se-á a frequência de todos os que exerçam cargos de Magistério, ou são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo Único — Salvo casos expressamente previstos em Lei, é vedado dispensar o Professor ou Especialista de Educação, da frequência ou abonar faltas às atividades.

Art. 144 — Observadas as prescrições legais, serão determi-

nados pelos órgãos competentes:

I — o período de atividades diárias no estabelecimento de ensino, complexo escolar ou centro interescolar.

II — o número de horas-atividade diárias para cada regime de trabalho.

Parágrafo Único — Os diretores de unidades escolares, centros interescolares ou complexos escolares, não estão obrigados ao registro de frequência, em virtude de suas atribuições.

Art. 145 — As reposições devidas pelo Professor, ou Especialista de Educação e as indenizações por prejuízos que causar à Fazenda Estadual serão descontadas, do seu vencimento ou remuneração mensal, não podendo ultrapassar a um quinto (1/5) do mesmo vencimento ou remuneração.

Parágrafo único — Nos casos de comprovada má fé, a reposição deverá ser feita de uma só vez, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

Art. 146 — Nos dias úteis, só por determinação do Governador do Estado, ou do Secretário de Educação e da Cultura, podem deixar de funcionar as repartições, centros interescolares, complexos ou unidades escolares, ou serem suspensas as suas atividades.

Parágrafo Único — Nos casos especiais, em que se deve, por motivo de segurança ou força maior, suspender as atividades dos centros interescolares, complexos ou unidades escolares, essa medida será determinada pelo diretor, ou por quem o represente, "ad-referendum" do Secretário de Estado da Educação e da Cultura, Inspeção Regional de Ensino, respectiva, dentro do prazo máximo de quarenta e oito (48) horas.

Art. 147 — O vencimento do Professor ou Especialista de Educação não pode ser objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo quando se tratar de prestação de alimentos, na forma da Lei Civil.

## CAPÍTULO X

### DAS VANTAGENS

Art. 148 — Além do vencimento do cargo, o Professor ou Especialista de Educação pode receber as seguintes vantagens pecuniárias:

- I — ajuda de custo;
- II — diárias;
- III — gratificações;
- IV — salário família;
- V — auxílio doença.

## SEÇÃO I

### DA AJUDA DE CUSTO

Art. 149 — Ajuda de custo é a compensação de despesas de viagens e instalações, concedida ao Professor, ou ao Especialista de Educação que, em virtude de remoção, nomeação para cargo em comissão, ou designação para função gratificada, serviço ou estudo, passe a ter exercício em nova sede.

Parágrafo Único — A ajuda de custo é arbitrada pelo Secretário de Estado, em importância não excedente a três meses e não inferior a um mês de vencimento, levando-se em conta as condições de vida da nova sede, a distância, e o tempo de viagem.

Art. 150 — No caso de designação para serviço ou estudo no exterior, a ajuda de custo é arbitrada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 151 — Não se concederá ajuda de custo ao Professor ou Especialista de Educação:

- I — enquanto estiver exercendo mandato eletivo;
- II — à disposição de entidade de direito público;
- III — para remoção.

Art. 152 — O Professor, ou Especialista de Educação restituirá a ajuda de custo quando:

- I — não se transportar para o local da missão;
- II — antes de terminada a incumbência, regressar, pedir

exoneração, ou abandonar o serviço.

§ 1.º — A restituição é de exclusiva responsabilidade pessoal e poderá ser feita parceladamente.

§ 2.º — Não haverá obrigação de restituir.

a) quando o regresso do Professor ou especialista de Educação for determinado "ex-officio" ou decorrer de doença comprovada ou ainda por motivo de força maior;

b) quando o pedido de exoneração for apresentado noventa (90) dias ou mais, após a designação da missão.

Art. 153 — A ajuda de custo pode ser paga ao Professor, ou Especialista de Educação, metade adiantadamente, no local da repartição de que for desligado, e o restante, após haver entrado em exercício na nova repartição ou serviço.

Art. 154 — Além da ajuda de custo que couber, poderá ser concedido transporte ao Professor, ou Especialista de Educação, e sua família compreendendo passagem, excluído quanto a esta, qualquer excesso de peso sujeito a pagamento.

§ 1.º — Poderá ainda ser fornecida passagem a serviçal que acompanhe o Professor, ou Especialista de Educação.

§ 2.º — Para a obtenção das passagens, o Professor, ou Especialista de Educação apresentará ao chefe da repartição ou estabelecimento de onde for desligado, uma relação das pessoas que o acompanharão na viagem, indicando o nome, idade e o grau de parentesco.

§ 3.º — Verificado que o nome das pessoas indicadas constam da declaração de família, registrado no assentamento individual, a repartição ou serviço requisitará as passagens, encaminhando a relação à repartição ou serviço em que o Professor, ou Especialista de Educação, vai ter exercício para a devida fiscalização.

§ 4.º — O Professor ou Especialista de Educação será obrigado a repor a importância correspondente ao transporte irregularmente requisitado, além de sofrer a pena disciplinar que lhe couber.

## SEÇÃO II DAS DIÁRIAS

Art. 155 — Ao Professor, ou Especialista de Educação que, se deslocar da respectiva sede, no desempenho de suas atribuições é concedido uma diária a título de indenização das despesas de alimentação e pousada.

§ 1.º — Entende-se por sede, para os efeitos deste capítulo, a cidade, vila ou localidade onde o Professor ou Especialista de Educação tem exercício.

§ 2.º — Não se aplica o disposto neste artigo ao Professor, ou Especialista de Educação que se desloque para fora do País ou esteja servindo no exterior.

§ 3.º — Não cabe a concessão de diária quando o deslocamento do Professor, ou Especialista de Educação constituir exigência permanente do cargo ou função.

Art. 156 — O Professor ou Especialista de Educação, percebe:

I — diária integral, quando passar mais de doze horas fora da sede;

II — meia diária, quando passar mais de seis horas fora da sede.

Art. 157 — As diárias são arbitradas e concedidas dentro dos limites dos créditos orçamentários e de acordo com a regulamentação competente.

Art. 158 — As diárias podem ser pagas adiantadamente até dois terços (2/3) da duração presumível do deslocamento da sede.

Art. 159 — O Professor, ou Especialista de Educação que, indevidamente receber diárias é obrigado a restituí-las de uma só vez, ficando ainda sujeito à punição disciplinar.

Art. 160 — É punido com pena de suspensão e, na reincidência, com a de demissão, o Professor ou Especialista de Educação que indevidamente, conceder diárias com o objetivo

de remunerar outros serviços ou encargos, ficando ainda obrigado a reposição da importância correspondente.

## SEÇÃO III DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 161 — Serão concedidas gratificações além de outras previstas em Lei:

I — como adicional por tempo de serviço, na forma estabelecida em Lei;

II — pelo exercício em locais inóspitos ou de difícil acesso assim considerados por decreto;

III — pelo exercício em escolas de educação especial;

IV — pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico, quando solicitado ou aproveitado;

V — pelo exercício em conselhos ou órgãos de deliberação coletiva, vinculados à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura;

VI — quando designado para exercer fora do período normal ou extraordinário de trabalho remunerado a que estiver sujeito as funções de auxiliar ou membro de bancas, ou comissões de concurso ou provas;

VII — por atividades extraordinárias;

VIII — pela representação de gabinete ou quando designado pelo Governador do Estado para serviço ou estudo fora do Estado;

IX — pelo exercício de encargo como auxiliar ou professor em curso legalmente instituído.

Art. 162 — O Professor, ou Especialista de Educação, obtém a gratificação adicional, à base de seu padrão de vencimento por tempo de serviço;

I — de vinte e cinco (25) por cento, quando completar vinte e cinco (25) anos de serviço, observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 40 deste Estatuto.

II — após completar trinta (30) anos de exercício, cinco por cento (05%) por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco (25) por cento.

Parágrafo único — A incorporação da participação adicional é imediata, inclusive, para efeito de aposentadoria, e computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos.

Art. 163 — A gratificação adicional por tempo de serviço é concedida somente ao Professor, ou Especialista de Educação, quando estável no serviço público.

Art. 164 — O Professor, ou Especialista de Educação, que exercer cumulativamente mais de um cargo tem direito à gratificação adicional por tempo de serviço em relação a cada um deles mas os períodos anteriores à acumulação quando computados para efeito de uma concessão, não são considerados para nova concessão em outro cargo.

Art. 165 — Pelo exercício do cargo em local ou escola referidos no inciso II do artigo 161, o Professor, ou Especialista de Educação, que é fixada em decreto, incorporável aos seus proventos de aposentadoria, na proporcionalidade prevista no artigo 125 deste Estatuto.

Art. 166 — Pelo exercício em escola ou classe de educação especial, o Professor, ou Especialista de Educação perceberá uma gratificação correspondente a cinquenta (50%) por cento de seus vencimentos, incorporável aos seus proventos de aposentadoria na forma estabelecida neste Estatuto.

Art. 167 — Pela elaboração de trabalhos técnicos ou científicos, solicitados ou aproveitados, mediante aprovação do titular da Secretaria de Educação e da Cultura, percebe uma gratificação a ser arbitrada pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 168 — A gratificação relativa ao exercício em conselhos vinculados à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura será fixada em Lei.

Art. 169 — Decreto do Chefe do Poder Executivo arbitrá o valor e especificará competências para atribuição de gratificação que não tenham sido previamente regulamentadas em Lei.

#### SEÇÃO IV DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 170 — O salário família é o auxílio pecuniário especial concedido pelo Estado, ao Professor, ou Especialista de Educação ativo, inativo ou em disponibilidade, como contribuição ao custeio das despesas e manutenção de sua família.

Parágrafo Único — A cada dependente relacionado no artigo seguinte, corresponderá uma quota de salário família.

Art. 171 — Conceder-se-á salário família ao Professor, ou Especialista de Educação, pelos dependentes:

I — esposa que não exerça atividade remunerada;

II — filho menor de vinte e um (21) anos e filha enquanto solteira e sem renda própria;

III — filho inválido, de qualquer idade, comprovadamente incapaz para exercer qualquer atividade remunerada;

IV — filho estudante que freqüentar curso secundário ou superior, em estabelecimento de ensino oficial ou particular, e que não exerça atividade lucrativa, até a idade de vinte e quatro (24) anos;

V — outros dependentes assim previstos em Lei.

Parágrafo Único — Compreende-se neste artigo o filho de qualquer condição ou enteado, ou adotivo, ou legitimado e que, mediante autorização judicial viva sob a sua guarda e sustento do Professor, ou Especialista de Educação.

Art. 172 — Quando ambos os cônjuges forem funcionários, o salário família será concedido ao cabeça do casal.

Art. 173 — Equipara-se ao pai e à mãe, os representantes legais dos incapazes e as pessoas a cuja guarda de manutenção estiverem confiados, por autorização judicial, os beneficiários.

Art. 174 — O salário família não está sujeito a qualquer imposto ou taxa, nem servirá de base para qualquer contribuição, ainda que de finalidade assistencial.

Art. 175 — A habilitação para a concessão do salário-família obedecerá à regulamentação própria.

#### SEÇÃO V DO AUXÍLIO DOENÇA

Art. 176 — Após cada período de vinte e quatro meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, o Professor, ou Especialista de Educação terá direito a um mês de vencimento, a título de auxílio-doença.

Parágrafo Único — Quando se tratar de licença concedida por motivo de acidente no trabalho ou doença profissional, assim conceituados nos parágrafos 1, 2, 3, e 4º do artigo 65 deste Estatuto, o Professor ou Especialista de Educação fará jus ao auxílio-doença de que trata este artigo, após cada período de doze (12) meses consecutivos de licença.

Art. 177 — O auxílio-doença será pago em folha a requerimento do interessado.

Art. 178 — Ocorrendo o falecimento do Professor, ou Especialista de Educação, o auxílio-doença a que faz jus até a data do falecimento, será pago de acordo com as normas que forem estabelecidas em decreto.

#### CAPÍTULO XI DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 179 — Pode ser concedido transporte à família do Professor ou Especialista de Educação, quando este falecer fora da sede do seu trabalho e no desempenho de seu serviço.

Art. 180 — Ao cônjuge ou na falta deste, à pessoa que provar ter feito as despesas em virtude do falecimento do Professor, ou Especialista de Educação, é concedido, a título de auxílio-funeral, a importância correspondente a um mês de vencimento ou remuneração.

§ 1.º — A despesa corre pela dotação própria do cargo ou emprego não podendo por esse motivo, seu novo ocupante entrar em exercício antes do transcurso de trinta (30) dias.

§ 2.º — O pagamento é efetuado pela respectiva repartição

pagadora, no dia em que for apresentado o atestado de óbito pelo cônjuge ou pessoa a cujas expensas houver sido efetuado o funeral, ou procurador legalmente habilitado feita a prova de identidade.

Art. 181 — Em caso de acumulação legal de cargos, o auxílio-funeral corresponderá ao de maior vencimento do Professor ou Especialista de Educação, falecido.

#### CAPÍTULO XII DAS DISTINÇÕES E LOUVORES

Art. 182 — Ao Professor, ou Especialista de Educação, que haja prestado serviços relevantes à causa do Ensino e da Educação, concede-se após sua aposentadoria, o título de Professor Emérito.

Parágrafo Único — O título simboliza o reconhecimento da relevância e será lavrado em metal precioso, denominado Medalha do Professor Emérito, com características e inscrições alusivas.

Art. 183 — Cabe ao Conselho do Magistério a iniciativa para a proposta da concessão da Medalha de Professor Emérito, observado o processo estabelecido em regulamento.

Art. 184 — No exercício do cargo, é distinguido por ato público de louvor o Professor, ou Especialista de Educação, que se destacar por trabalhos importantes, quer sob o aspecto profissional, quer sob o aspecto humano e social.

#### TÍTULO VI REGIME DISCIPLINAR

##### CAPÍTULO I

##### DAS ACUMULAÇÕES

Art. 185 — É vedada a acumulação remunerada exceto:

I — a de um cargo de professor e juiz;

II — a de dois cargos de professor;

III — a de um cargo de Professor com outro técnico ou científico.

§ 1.º — Em qualquer dos casos, a acumulação somente é percebida quando haja correlação de matéria e compatibilidade de horário.

§ 2.º — A proibição de acumular se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 3.º — A proibição de acumular proventos, não se aplica aos aposentados, aos que estiverem exercendo mandato eletivo cargo em comissão ou aos contratados para prestação de serviços técnicos ou especializados.

§ 4.º — A passagem do Professor para Especialista de Educação não afetará acumulações já existentes na data da sanção desta Lei.

Art. 186 — Verificada em processo administrativo a acumulação proibida e provada a boa fé, o Professor, ou Especialista de Educação, optará por um dos cargos; provada a má fé, perde todos os cargos e restituirá o que tiver recebido indevidamente.

Art. 187 — Nenhum Professor, ou Especialista de Educação poderá exercer cargo em comissão ou outra função fora do âmbito estadual, sem autorização prévia e expressa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 188 — É vedado o exercício gratuito de função ou cargo remunerado.

Art. 189 — O Professor, ou Especialista de Educação, não pode receber mais de uma vantagem pecuniária, salvo as exceções legais.

#### CAPÍTULO II DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

Art. 190 — Em razão dos preceitos éticos, o Pessoal do Magistério observará entre outras, as seguintes normas:

I — quanto aos deveres:



- a) cumprir as ordens dos superiores hierárquicos, representando, quando manifestamente ilegais;
  - b) manter espírito de cooperação e solidariedade com os colegas;
  - c) usar processos de ensino que não se afastem do conceito de educação e aprendizagem;
  - d) incutir nos alunos, pelo exemplo, o espírito de solidariedade humana, de justiça e cooperação, o respeito às autoridades constituídas e o amor à Pátria;
  - e) empenhar-se pela educação integral de seus alunos;
  - f) comparecer ao estabelecimento, às horas de suas atividades e, quando convocado, às comemorações cívicas e outras atividades;
  - g) sugerir providências que visem a melhoria do ensino e o seu aperfeiçoamento;
  - h) zelar pela economia de material do Estado e pela conservação do que for confiado à sua guarda e uso;
  - i) guardar o sigilo sobre os assuntos do estabelecimento que não devem ser divulgados;
  - j) tratar com urbanidade as partes, atendendo-lhes sem preferências;
  - l) freqüentar, quando designado, cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento;
  - m) providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, sua declaração de família;
  - n) apresentar-se decentemente trajado em serviço;
  - o) atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, as requisições de documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciais, para defesa do Estado em juízo;
  - p) proceder, na vida pública e privada de forma a dignificar sempre a função pública;
  - q) levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo, função ou emprego;
  - r) submeter-se à inspeção médica que for determinada por autoridade competente.
- II - quanto às proibições;
- a) referir-se desrespeitosamente, por qualquer meio, às autoridades constituídas e aos atos da administração, podendo porém, em trabalho devidamente assinado, criticá-los de maneira elevada, impessoal e construtiva, do ponto de vista doutrinário e de organização e eficiência ao serviço do ensino.
  - b) promover manifestações de apreço ou despreço, dentro ou fora do estabelecimento ou repartição ou tornar-se solidário com as mesmas;
  - c) exercer comércio entre os colegas de trabalho, promover ou subscrever listas de donativos ou praticar a usura em qualquer de suas formas;
  - d) exercer atividades político-partidárias dentro da Escola ou da repartição;
  - e) fazer contrato de natureza comercial e industrial com o Governo, para si mesmo ou como representante de outrem;
  - f) requerer ou promover a concessão de privilégios, garantias de juros ou favores idênticos, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, exceto privilégio, de isenção própria;
  - g) ocupar cargo ou exercer funções em empresas, estabelecimentos, ou instituições que mantenham relações contratuais ou de dependência com o Governo do Estado;
  - h) aceitar representações de Estados estrangeiros;
  - i) incitar greves ou aderir a elas;
  - j) constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública, exceto quando se tratar de parentes até segundo grau, ou de caso de representantes de classe, na esfera de interesses de sócios de entidades de Professores;
  - l) retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou material existente no estabelecimento;

m) receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie em razão das atribuições;

n) cometer a outra pessoa, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho do encargo que lhe compete;

o) participar, enquanto na atividade, de diretoria, gerência, administração, conselho técnico ou administrativo de empresa, ou sociedade comercial ou industrial, quando contratante ou concessionário de serviço público estadual ou fornecedora de equipamento ou material de qualquer natureza ou espécie, a qualquer órgão estadual.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Não está compreendida na proibição do item II letra g, deste artigo, a participação de Professor ou Especialista de Educação, em cooperativas e associações de classe, na qualidade de dirigente ou associado.

**JUSTIFICATIVA:** Deve ser eliminada, a letra "n" do inciso II, do Art. 84 do Anteprojeto, pois, essa proibição existe para juízes, em vista da sua função de julgador; não cabe a Professores que não têm tal função.

### CAPÍTULO III DO APERFEIÇOAMENTO E DA ESPECIALIZAÇÃO

Art. 191 - É dever imanente do Professor e do Especialista de Educação, diligenciar para seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural.

Art. 192 - O Professor, ou Especialista de Educação, devem freqüentar cursos de especialização ou de aperfeiçoamento profissional, para os quais sejam expressamente designados ou convocados.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Não serão obrigados a freqüentar cursos aos domingos, feriados e quando em gozo de férias e se lhes acarretarem prejuízos financeiros.

Art. 193 - Incluem-se nestas obrigações quaisquer modalidades de reuniões, estudos e debates promovidos ou reconhecidos pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura.

Art. 194 - Para que o Professor, ou Especialista de Educação, possa ampliar sua cultura profissional, o Estado promoverá a organização;

I - do sistema de bolsas de estudo, no País ou no Exterior;

II - de cursos de aperfeiçoamento e especialização sobre novas técnicas e novas orientações pedagógicas aplicáveis às distintas atividades, áreas de estudo ou disciplina.

III - de cursos de aperfeiçoamento em administração, supervisão, planejamento, orientação, inspeção e outras técnicas, que visem às necessidades educativas do Estado.

Art. 195 - São observadas as seguintes normas, quanto ao aspecto financeiro dos estímulos:

I - são inteiramente gratuitos os cursos para os quais o Professor, ou Especialista de Educação, tenha sido expressamente designado ou convocado;

II - a concessão de bolsas de estudo e autorização para participação de cursos fora do Estado ou Exterior com recursos do Estado, é feita de modo a proporcionar igual oportunidade de preferência a todos os interessados.

III - o Estado pode conceder facilidades, inclusive financeiras supletivas, ao Professor, ou Especialista de Educação, que, por iniciativa própria, tenha obtido bolsa de estudo ou inscrição em cursos fora do Estado ou no Exterior desde que a modalidade de que trate seja correlata à sua formação e atividade profissional no Magistério.

Art. 196 - O Estado manterá, em caráter permanente, na Lei do Orçamento de cada exercício, dotação de verba suficiente destinada a garantir a consecução dos objetivos dispostos neste capítulo.

Art. 197 - A Secretaria de Estado da Educação e da Cultura pode conceder auxílios financeiros para toda atividade em que, a seu arbítrio, reconheça o interesse de especialização ou aperfeiçoamento, tais como viagens de estudo em grupos

coletivos de Professores, congressos, encontros, simpósios, convenções e similares.

Art. 198 - Os diplomas, certificados de aproveitamento, atestados de frequência fornecidos pelo órgão responsável pela administração do curso e bolsas de estudo, são títulos valiosos nos concursos em geral e nas promoções e acessos de classe em que esteja interessado o seu portador.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Regulamento próprio caracterizará a valorização de cada espécie de título, apreciando mais os obtidos mediante a prestação de provas de conhecimento, e considerando, inclusive, o conceito das instituições expedidoras do título.

#### CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE

Art. 199 - Pelo exercício de suas atribuições, o Professor, ou Especialista de Educação, responde civil, penal e administrativamente.

Art. 200 - A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo, que importe em prejuízo da Fazenda Estadual ou de terceiros.

§ 1.º - A indenização de prejuízos causados à Fazenda Estadual pode ser liquidada mediante o desconto, em prestações mensais, não excedentes da quinta (1/5) parte do vencimento ou remuneração à míngua de bens que respondam pela indenização.

§ 2.º - Tratando-se de dano causado a terceiros, responde o Professor, ou Especialista de Educação, perante a Fazenda Estadual em ação regressiva, proposta depois de transitar em julgado a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

Art. 201 - A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao Professor, ou Especialista de Educação, nessa qualidade.

Art. 202 - A responsabilidade administrativa resulta de atos e omissões praticadas no desempenho do cargo em função.

Art. 203 - As comunicações civis, penais e disciplinares, podem acumular-se sendo umas e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa.

#### CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 204 - São penas disciplinares:

- I - advertência;
- II - repreensão;
- III - multa;
- IV - suspensão;
- V - destituição de função;
- VI - demissão;
- VII - cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 205 - Na aplicação das penas disciplinares são considerados a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provieram para o ensino e o serviço público.

Art. 206 - São cabíveis as penas disciplinares:

I - a de advertência, aplicada por escrito em caso de mera negligência;

II - a de repreensão, aplicada por escrito em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres, e reincidência, em falta que tenha resultado em pena de advertência.

III - a de suspensão, que não excederá de noventa (90) dias, aplicada em caso de falta grave, de infração às proibições, e de reincidência, em falta que tenha resultado em pena de apreensão;

IV - a de destituição de função, aplicada em caso de falta de exação no cumprimento do dever, de benevolência, contributivas para a apuração, no devido tempo, de infração perpetrada por outrem;

V - a de demissão, aplicada nos casos de:

- a) crime contra a administração pública;
- b) abandono de cargo ou emprego.
- c) incontinência pública e escandalosa, vício de jogos proibidos e embriaguês habitual;
- d) ofensa física em serviço contra servidor ou particular, salvo em legítima defesa;
- e) insubordinação grave em serviço;
- f) aplicação irregular dos dinheiros públicos;
- g) revelação do segredo que se conheça em razão do cargo ou função;
- h) lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio do Estado;
- i) corrupção passiva nos termos da Lei Penal.

§ 1.º - O Professor, ou Especialista de Educação, suspenso perderá todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.

§ 2.º - Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão pode ser convertida em multa na base de cinqüenta por cento (50%) por dia de vencimento ou remuneração, obrigado, nesse caso, o Professor, ou Especialista de Educação, a permanecer em serviço.

Art. 207 - É punido o Professor, ou Especialista de Educação, que se recusar à inspeção médica ou a seguir o tratamento adequado, com a pena de suspensão, no primeiro caso, e com o cancelamento de licença, no segundo.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A suspensão ou cancelamento cessam desde que seja efetuada a inspeção ou iniciado o tratamento.

Art. 208 - Será cassada a aposentadoria e disponibilidade se ficar provado que o beneficiado:

- I - praticou falta grave no exercício do cargo, ou emprego.
- II - aceitou ilegalmente cargo ou função pública;
- III - aceitou representação de Estado estrangeiro sem prévia autorização do Presidente da República;
- IV - praticou usura em qualquer de suas formas.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Será igualmente cassada a disponibilidade ao professor, ou Especialista de Educação, que não assumir no prazo legal o exercício do cargo, função ou emprego em que for aproveitado.

Art. 209 - Prescreve:

- I - em dois (2) anos, a falta sujeita às penas de advertência, repreensão ou suspensão;
- II - em quatro (4) anos, a falta sujeita:
  - a) à pena de demissão, no caso de abandono de cargo ou emprego.
  - b) à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A falta também prevista como crime na Lei Penal prescreve juntamente com esta:

Art. 210 - Baixarão os atos de aplicação das penas disciplinares.

I - O Chefe do Poder Executivo, quando se tratar de pena de demissão ou cassação de aposentadoria e disponibilidade.

II - o Secretário de Estado da Educação e da Cultura, quando se tratar de pena de suspensão superior a trinta (30) dias e destituição de função.

III - os diretores de complexos, centros interestaduais, unidades escolares e demais órgãos da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, quando se tratar de penas de advertência, repreensão, não excedente a trinta (30) dias.

#### CAPÍTULO VI DA PRISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 211 - Cabe a prisão administrativa do responsável por dinheiro e valores pertencentes à Fazenda Estadual ou que se acharem sob guarda desta, no caso de alcance ou omissão, em efetuar as entradas nos devidos prazos.

§ 1.º - A autoridade que ordenar a prisão comunicará imediatamente o fato à autoridade judiciária competente, e providenciará no sentido de ser realizado, com urgência, o processo

de tomada de contas.

§ 2.º - A prisão administrativa não excederá de noventa (90) dias.

Art. 212 - É competente, para ordenar sempre fundamentadamente e por escrito, a prisão administrativa, o Secretário de Estado da Educação e da Cultura.

## CAPÍTULO VII

### DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

Art. 213 - A suspensão preventiva do exercício do cargo, função ou emprego, até trinta (30) dias, será ordenada pela autoridade imediatamente superior, desde que seja necessário o afastamento do Professor, ou Especialista de Educação, para evitar que este venha a influir na apuração da falta perpetrada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Somente ao Secretário de Estado da Educação e da Cultura compete prorrogar o prazo de suspensão já ordenado, o qual não excederá de noventa (90) dias, incluídos nestes os prazos iniciais; findo o prazo de suspensão, cessarão os respectivos efeitos, ainda que o processo administrativo correspondente não esteja concluído.

Art. 214 - O Professor, ou Especialista de Educação, tem direito:

I - à contagem de tempo de serviço público relativo ao período em que tenha estado preso ou suspenso, quando o processo não resultar em pena disciplinar ou esta se limitar a advertência ou repreensão.

II - à contagem do período de afastamento que exceder do prazo de suspensão disciplinar efetivamente aplicada;

III - à contagem do período de prisão administrativa ou suspensão e ao pagamento dos vencimentos ou remuneração e de todas as vantagens do exercício, desde que reconhecida a sua inocência.

## TÍTULO VII

### DO CONSELHO DO MAGISTÉRIO

#### CAPÍTULO I

##### DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 215 - O Conselho do Magistério é o órgão da ação disciplinar do Pessoal do Magistério, cumprindo-lhe, em geral, velar pela perfeita observância dos preceitos deste Estatuto, quer sob o aspecto ético, quer sob o aspecto funcional, ouvidos os órgãos de classe de âmbito Estadual.

Art. 216 - Compete ao Conselho do Magistério:

I - conhecer de infrações, deveres e proibições;

II - apurar as responsabilidades;

III - conhecer as representações;

IV - conhecer das reclamações sobre classificação em concurso para ingresso no Quadro Próprio do Magistério e para remoção;

V - organizar listas de promoção e conhecer da preterição de preferência legal;

VI - propor ao Secretário de Estado da Educação e da Cultura a concessão de Medalha de Professor Emérito e expedição de ato público de louvor;

VII - organizar o seu regimento interno;

VIII - exercer quaisquer outras funções não especificadas, mas inerentes ao Pessoal do Magistério.

PARÁGRAFO ÚNICO: Compete ainda ao Conselho de Magistério, como extensão natural de seus fins, conhecer de infrações a deveres e a proibições, das responsabilidades do servidor em geral, lotado em estabelecimento de ensino ou órgão da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, desde que envolvam participação de Professor ou Especialista da Educação.

Art. 217 - A competência conferida ao Conselho do Magistério, inclui a de julgar, em primeira instância, os processos administrativos decorrentes de infração e deveres e a proibições e de apurar responsabilidades, cabendo ao Chefe do Poder Executivo e ao Secretário de Estado da Educação e da Cultura,

conforme o caso, baixar os atos administrativos de aplicação.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos demais casos, o Conselho do Magistério tem competência meramente opinativa.

## CAPÍTULO II

### DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 218 - O Conselho do Magistério compõe-se de nove (9) membros, todos Professores, ou Especialista de Educação, que estejam excedendo suas atividades no Magistério de 1.º e 1.º Grau a saber:

I - dois (2) indicados pelo Conselho Estadual a saber:

II - dois (2) indicados pelo Secretário de Estado da Educação e da Cultura;

III - três (3) indicados pelas entidades de classe de âmbito estadual;

IV - dois (2) eleitos pelos seus pares.

Art. 219 - Regulamento próprio atribuirá à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura a incumbência de realizar as eleições a que se refere o inciso IV, do artigo 218.

Art. 220 - A primeira composição do Conselho do Magistério será preenchida com três (3) mandatos de um (1) ano, três (3) de dois (2) anos e três (3) anos, sendo de competência do Secretário de Estado da Educação e da Cultura, decidir a duração do mandato de cada conselheiro, naquela ocasião.

Art. 221 - Os demais mandatos serão todos de três (3) anos, garantida a renovação de um terço (1/3) de seus membros.

## CAPÍTULO III

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 222 - O Conselho do Magistério é presidido por um de seus membros com mandato de um ano, coincidente com o ano civil.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Presidente eleito na primeira sessão de cada ano, através de votação secreta e sob a presidência do seu membro mais idoso presente, que também o substituirá em todas as suas faltas e impedimentos.

Art. 223 - Compete ao Presidente do Conselho do Magistério:

I - administrar os serviços do Conselho do Magistério, compreendendo o pessoal administrativo, o material de expediente e os recursos financeiros a cargo do Conselho.

II - representar o Conselho perante o serviço público, as partes e terceiros;

III - designar os relatores dos feitos, na ordem de apresentação das denúncias ou queixas, das representações e reclamações, obedecendo à ordem crescente de idade dos membros do Conselho.

IV - cumprir as atribuições a seu encargo, previstas neste Estatuto, em legislação complementar e ao regimento próprio.

Art. 224 - O Conselho do Magistério se reúne, ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou de dois terços (2/3) de seus membros, conforme inopuser a necessidade do serviço.

Art. 225 - O exercício de funções no Conselho do Magistério constitui serviço público relevante.

Art. 226 - O Conselho do Magistério será regulamentado por Decreto do Poder Executivo, em que se estabelecerão as normas de funcionamento e as atribuições complementares.

## TÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 227 - O Dia do Professor - 15 de outubro - será comemorado com solenidades que proporcionem a confraternização do Pessoal do Magistério realizadas através de entidades que representam a classe.

Art. 228 - É vedado ao Professor trabalhar sob as ordens de parentes até segundo grau, salvo se não houver no local outro estabelecimento de ensino onde possa ter exercício.

Art. 229 - O estrangeiro poderá, em caráter excepcional, exercer atividades do Magistério, tendo em vista as particularidades e peculiaridades científicas de conhecimento e proveito para o ensino, a educação, a orientação escolar e a relevância do trabalho, respeitada, em cada caso a legislação em vigor.

Art. 230 - O prazo de afastamento do Estado ou do País, para fins de especialização e estudos, poderá ser dilatado enquanto houver renovação de Bolsa de Estudo.

Art. 231 - O Estado assegurará:

a) a construção de casas residenciais aos Professores em zona rural;

b) os limites recomendados pelas normas didático-pedagógicas para o número mínimo e máximo de alunos em classe;

c) a remuneração condigna ao Pessoal do Magistério tendo em vista a profunda relevância de suas atribuições;

d) o estímulo de publicações periódicas tais como: ensaios, livros e pesquisas científicas, que sirvam ao interesse da educação e cultura do povo;

e) o regime de acesso e de promoção por antiguidade e merecimento, de modo a proporcionar e estimular o aperfeiçoamento profissional e cultural do Pessoal do Magistério, estabelecido nesta Lei, será complementado através do Poder Executivo dentro de noventa (90) dias da aprovação deste Estatuto;

f) o estímulo à vida associativa e recreativa do Pessoal do Magistério através de suas associações.

Art. 232 - Fica estabelecido o conceito de carga horária como sendo a soma das horas-aula (A) mais as horas de permanência (P) da coluna sete (7) do anexo I-C, de ensino no complexo escolar centro interestelar ou estabelecimentos de ensino.

Art. 233 - O nível de vencimento de um (1) do Anexo I-A e I-B do Quadro Próprio do Magistério, corresponde ao atual nível vinte (20) e os demais níveis terão acréscimo de trinta por cento (30%) sobre o valor do nível imediatamente anterior, respeitada a proporcionalidade da carga horária, tomando-se por base vinte e quatro (24) horas semanais correspondentes ao Regime R2 do Anexo I-C.

Art. 234 - Os atuais Professores que atuam nas quatro primeiras séries do 1.º Grau serão enquadrados no Regime de Trabalho R2 (Anexo I-C).

Art. 235 - Fica facultado aos atuais Professores, ou Especialistas de Educação, efetivos, optarem ou não pelo Regime de Trabalho, compatível com sua carga horária semanal do Anexo I-C do Quadro Próprio do Magistério.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Aos Professores atuais que possuem dois (2) padrões, é facultado optarem por dois (2) Regimes de Trabalho, ou por apenas um (1) quando permanecer com um (1) dos "padrões" obedecida sempre a carga horária máxima semanal.

Art. 236 - Os atuais Professores efetivos não licenciados, poderão, independentemente de concurso, ser enquadrados no Quadro Próprio do Magistério se, ou quando o seu nível de formação permitir, nos termos dos Anexos I-A, I-B e I-C.

Art. 237 - Fica assegurado aos professores do antigo Ensino Médio que passarem à inatividade, incorporarem aos proventos, a média do número das aulas suplementares dos últimos três anos pelo valor atualizado, sendo extensivo, inclusive, àqueles que acumulem cargos.

Art. 238 - A passagem de um avanço de classe para outro, dá-se quando o Professor, ou Especialista de Educação, completar cem (100) créditos, na forma do Anexo III.

Art. 239 - Todo benefício concedido ao Pessoal do Magistério em atividade, será extensivo ao inativo com os mesmos percentuais e mesma vigência.

Art. 240 - No prazo de cento e oitenta (180) dias, contados da data da publicação desta Lei, a Secretaria de Estado de Recursos Humanos deverá dar prazo, nunca inferior a sessenta (60) dias, ao Pessoal do Magistério que esteja prestando serviços não vinculados às atividades do Magistério, para que

possam optar pelo retorno a elas.

Art. 241 - Os integrantes do Quadro Próprio do Magistério, colocados à disposição em órgãos estranhos às atividades do Magistério, perderão as vantagens dele decorrentes.

Art. 242 - Na falta de Pessoal do Magistério efetivo, serão admitidos Professores, ou Especialistas de Educação, independentemente do "padrão primário" que porventura, detêm, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, reconhecendo-se neste regime, os atualmente denominados Suplementaristas, que deverão no próximo ano letivo se enquadrar nos Regimes de Trabalho, previstos no Anexo I-C.

Art. 243 - O Poder Executivo terá o prazo de cento e vinte (120) dias, após a aprovação desta Lei, para publicar todos os regulamentos necessários à fiel execução deste Estatuto.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os regulamentos deverão incluir critérios para composição de Pessoal Especialista, Técnico e Administrativo em estabelecimentos de ensino, vinculados ao número de alunos, turnos de funcionamento, dificuldades de acesso e objetivos do mesmo, podendo inclusive, estabelecer entrâncias para efeito de seu ingresso e pagamento.

Art. 244 - Até que se processe o provimento dos cargos de Pessoal Especialista, as nomeações e designações para encargo de Delegacia, Inspeção, Direção, Secretariado, Assessoramento, Técnico dos Estabelecimentos de Ensino continuarão a ser feitos pela autoridade competente, de acordo com a legislação anterior, seguida com as modificações nesta Lei.

§ 1.º - Onde e enquanto não houver diretor de carreira, o diretor de estabelecimento de ensino será indicado por lista tríplice, elaborada pelos Professores e Especialistas de Educação do Estabelecimento de Ensino, complexo escolar ou centro interestelar, tendo prioridade para preencher a função os licenciados em Pedagogia, com habilitação específica de Administração Escolar, com plena duração, pós-graduação, ou curta duração.

§ 2.º - Até sessenta (60) dias após a elaboração da lista tríplice, o Secretário de Estado da Educação e da Cultura designará um dos três nomes, para mandato de três (3) anos.

Art. 245 - Os atuais ocupantes de função de direção do 1.º Grau que não se habilitarem para tal, até o início de 1.977, e os de 2.º Grau, até o início de 1979, deverão ser substituídos por elementos devidamente habilitados em curso de Pedagogia.

Art. 246 - Independente das publicações dos regulamentos deste Estatuto, o Pessoal do Magistério nele enquadrado, terá seus direitos garantidos, a partir da data em que entrou em vigência.

Art. 247 - As vantagens financeiras decorrentes da implantação do Quadro Próprio do Magistério serão atendidas pelos recursos próprios do Estado, somados aos recursos Federais de que trata a Lei 5692/71, artigos 52 a 57 e respectivos parágrafos, e o Decreto Federal 71.244/72.

Art. 248 - A partir da aprovação desta Lei, fazem jus à gratificação e à sua corporação à aposentadoria a quem se refere o artigo 166, os professores, ou técnicos em educação especial habilitados ou que tenham trabalhado ou estejam trabalhando por, pelo menos, cinco (5) anos, estabelecidos de ensino especial, reconhecidos por órgão competente do Sistema.

Art. 249 - As prioridades para contratação do Pessoal do Magistério pela Consolidação das Leis do Trabalho serão regulamentadas pelo Poder Executivo.

Art. 250 - Os cargos que não se enquadrarem no Quadro Próprio previsto neste Estatuto, quando vagarem, serão automaticamente extintos.

Art. 251 - Ficam revogadas as Leis 2882/56, de 03 de outubro; 5871/68 de novembro; 5957/68 de 20/06, os Decretos de n.ºs 17171/65 de 19/12; 5012/74, de 05/02, 6259/74, de 11/12; 1495/76 e 1496/76, de 05/02; assim como as demais disposições - que conflitaram com esta lei.

Art. 252 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I-A

**QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MP**  
**ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO – GRUPO**  
**OCUPACIONAL: PESSOAL DOCENTE – Professor Efetivo – MPP-100**  
**– Professor Celetista – MPC-200**

Níveis de atuação	Códigos	Áreas de atuação	Séries de classes	Níveis de venc. ou remuneração	Avanços de classes (diagonal)	Carga horária semanal (Regimes)	Níveis de Formação (Habilitação Específica)
I	MPP-101 MPC-301	1ª à 4ª série do 1º grau	A	1	A1-A2-A3-A4-A5	14-24-30-40	2º grau com três séries.
	MPP-101 MPC-301	1ª à 4ª série do 1º grau	B	2	B1-B2-B3-B4-B5	14-24-30-40	2º grau com quatro séries ou 2º grau com três séries mais um ano de estudos adicionais
	MPP-101 MPC-301	1ª à 4ª série do 1º grau	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	14-24-30-40	Superior - Licenciatura de curta duração
	MPP-101 MPC-301	1ª à 4ª série do 1º grau	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	14-24-30-40	Superior - Licenciatura de curta duração mais um ano de estudos adicionais
	MPP-101 MPC-301	1ª à 4ª série do 1º grau	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	14-24-30-40	Superior - Licenciatura plena
	MPP-101 MPC-301	1ª à 4ª série do 1º grau	F	6	F1-F2-F3-F4-F5	14-24-30-40	Superior - Mestrado ou Doutorado
II	MPP-102 MPC-303	1ª à 6ª série do 1º grau	B	2	B1-B2-B3-B4-B5	14-24-30-40	2º grau com quatro séries ou 2º grau com três séries mais um ano de estudos adicionais
	MPP-102 MPC-303	1ª à 6ª série do 1º grau	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	14-24-30-40	Superior - Licenciatura de curta duração
	MPP-102 MPC-303	1ª à 6ª série do 1º grau	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	14-24-30-40	Superior - Licenciatura de curta duração mais um ano de estudos adicionais
	MPP-102 MPC-303	1ª à 6ª série do 1º grau	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	14-24-30-40	Superior - Licenciatura plena
	MPP-102 MPC-303	1ª à 6ª série do 1º grau	F	6	F1-F2-F3-F4-F5	14-24-30-40	Superior - Mestrado ou Doutorado
III	MPP-103 MPC-303	1ª à 8ª série do 1º grau	C	3	C1-C2-C3-C4-C5	14-24-30-40	Superior - Licenciatura de curta duração
	MPP-103 MPC-303	1ª à 8ª série do 1º grau	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	14-24-30-40	Superior - Licenciatura de curta duração mais um ano de estudos adicionais
	MPP-101 MPC-303	1ª à 8ª série do 1º grau	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	14-24-30-40	Superior - Licenciatura plena
	MPP-103 MPC-303	1ª à 8ª série do 1º grau	F	6	F1-F2-F3-F4-F5	14-24-30-40	Superior - Mestrado ou Doutorado
IV	MPP-104 MPC-304	1ª à 8ª série do 1º grau e	D	4	D1-D2-D3-D4-D5	14-24-30-40	Superior - Licenc. de curta duração mais um ano de estudos adicionais
	MPP-104 MPC-304	1ª à 2ª série do 2º grau	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	14-24-30-40	Superior - Licenciatura plena
	MPP-104 MPC-204	2º grau	F	6	F1-F2-F3-F4-F5	14-24-30-40	Superior - Mestrado ou Doutorado
V	MPP-101 MPC-301	1º e 2º graus completos	E	5	E1-E2-E3-E4-E5	14-24-30-40	Superior - Licenciatura plena
	MPP-101 MPC-301	1º e 2º graus completos	F	6	F1-F2-F3-F4-F5	14-24-30-40	Superior - Mestrado ou Doutorado

**OBSERVAÇÃO:** Os títulos destas colunas estão especificados: 1) NÍVEIS DE ATUAÇÃO, no § 2º e 5º do Art. 9º; 2) CÓDIGOS, no Art. 22; 3) ÁREAS DE ATUAÇÃO, no § 2º e 5º do Art. 9º; 4) SÉRIES DE CLASSES, no § 3º do Art. 9º; 5) NÍVEIS DE VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO, no Art. 233; 6) AVANÇOS DE CLASSES (Diagonal), no § 6º do Art. 9º; 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL (Regimes), Art. 16 e 21; 8) NÍVEIS DE FORMAÇÃO, no § 3º do Art. 9º.

## ANEXO II-A

**PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS DO MAGISTÉRIO**

GRUPO OCUPACIONAL: PESSOAL DOCENTE — Professor Efetivo — MPP — 100  
— Professor Celetista — MPC — 300

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIES DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTO
I	MPP-101 MPC-301	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE-A	1
	MPP-101 MPC-301	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE-B	2
	MPP-101 MPC-301	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE-C	3
	MPP-101 MPC-301	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE-D	4
	MPP-101 MPC-301	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE-E	5
	MPP-101 MPC-301	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE-F	6
II	MPP-102 MPC-302	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE-B	2
	MPP-102 MPC-302	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE-C	3
	MPP-102 MPC-302	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE-D	4
	MPP-102 MPC-302	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE-E	5
	MPP-102 MPC-302	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE-F	6
III	MPP-103 MPC-303	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE C	3
	MPP-103 MPC-303	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE D	4
	MPP-103 MPC-303	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE E	5
	MPP-103 MPC-303	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE F	6
IV	MPP-104 MPC-304	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE D	4
	MPP-104 MPC-304	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE E	5
	MPP-104 MPC-304	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE F	6
V	MPP-105 MPC-305	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE E	5
	MPP-105 MPC-305	PROFESSOR PROFESSOR	CLASSE F	6

## OBSERVAÇÃO:

Os títulos destas colunas estão especificados:

1) NÍVEIS DE ATUAÇÃO, no § 2º e 5º do Art. 9º; 2) CÓDIGOS, Art. 22; 3) SÉRIES DE CLASSES, § 3º do Art. 9º; 4) NÍVEIS DE VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO, Art. 233.



ANEXO I-B

**QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MPE**  
**ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO – GRUPO OCUPACIONAL: ESPECIALISTAS**  
**DE EDUCAÇÃO: MPE-200**  
**MPC-300**

Níveis de atuação	Códigos	Denominações	Séries de classes	Níveis de Venc.	Avanços de classes	Carga horária semanal	Níveis de Formação (Habilitação Específica)
Micro-educação	MPE-201 MPC-301	Diretor	C	3	C1-C2-C3- C4-C5	14-24-30-40	Superior específico de curta duração
Micro-educação	MPE-201 MPC-301	Diretor	D	4	D1-D2-D3- D4-D5	14-24-30-40	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e macro educação	MPE-201 MPC-301	Diretor	E	5	E1-E2-E3- E4-E5	14-24-30-40	Superior específico de duração plena
Micro e macro educação	MPE-201 MPC-301	Diretor	F	6	F1-F2-F3- F4-F5	14-24-30-40	Superior específico - Mestrado ou Doutorado
Micro-educação	MPE-202 MPC-302	Orientador Educacional	C	3	C1-C2-C3- C4-C5	14-24-30-40	Superior específico de curta duração
Micro-educação	MPE-202 MPC-302	Orientador Educacional	D	4	D1-D2-D3- D4-D5	14-24-30-40	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e macro educação	MPE-202 MPC-302	Orientador Educacional	E	5	E1-E2-E3- E4-E5	14-24-30-40	Superior específico de duração plena
Micro e macro educação	MPE-202 MPC-302	Orientador Educacional	F	6	F1-F2-F3- E4-E5	14-24-30-40	Superior específico - Mestrado ou Doutorado
Micro-educação	MPE-203 MPC-303	Supervisor de ensino	C	3	C1-C2-C3- C4-C5	14-24-30-40	Superior específico de curta duração
Micro-educação	MPE-203 MPC-303	Supervisor de ensino	D	4	D1-D2-D3- D4-D5	14-24-30-40	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e macro educação	MPE-203 MPC-303	Supervisor de ensino	E	5	E1-E2-E3- E4-E5	14-24-30-40	Superior específico de duração plena
Micro e macro educação	MPE-203 MPC-303	Supervisor de ensino	F	6	F1-F2-F3- F4-F5	14-24-30-40	Superior específico - Mestrado ou Doutorado
Micro-educação	MPE-204 MPC-304	Inspetor de Ensino	C	3	C1-C2-C3- C4-C5	14-24-30-40	Superior específico de curta duração
Micro-educação	MPE-204 MPC-304	Inspetor de Ensino	D	4	D1-D2-D3- D4-D5	14-24-30-40	Superior específico de curta duração mais um ano de estudos adicionais
Micro e macro educação	MPE-204 MPC-304	Inspetor de Ensino	E	5	E1-E2-E3- E4-E5	14-24-30-40	Superior específico de duração plena
Micro e macro educação	MPE-204 MPC-304	Inspetor de Ensino	F	6	F1-F2-F3- F4-F5	14-24-30-40	Superior específico - Mestrado ou Doutorado
Macro-educação	MPE-205 MPC-305	Planejador	E	5	E1-E2-E3- E4-E5	14-24-30-40	Superior específico de duração plena
Macro-educação	MPE-205 MPC-305	Planejador	F	6	F1-F2-F3- F4-F5	14-24-30-40	Superior específico - Mestrado ou Doutorado

OBSERVAÇÃO: As especificações dos títulos das colunas deste Anexo são idênticas às do Anexo I-A, (fl. )

ANEXO II-B

**PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS DO MAGISTÉRIO**

Grupo Ocupacional: Especialistas de Educação – MPE – 200

MPC – 300

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	CÓDIGOS	DENOMINAÇÕES	SÉRIE DE CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTO
MICRO-EDUCAÇÃO	MPE-201 MPC-301	DIRETOR	C	3
MICRO-EDUCAÇÃO	MPE-201 MPC-301	DIRETOR	D	4
MICRO E MACRO EDUCAÇÃO	MPE-201 MPC-301	DIRETOR	E	5
MICRO E MACRO EDUCAÇÃO	MPE-201 MPC-301	DIRETOR	F	6
MICRO-EDUCAÇÃO	MPE-202 MPC-302	ORIENTADOR EDUCACIONAL	C	3
MICRO-EDUCAÇÃO	MPE-202 MPC-302	ORIENTADOR EDUCACIONAL	D	4
MICRO E MACRO EDUCAÇÃO	MPE-202 MPC-302	ORIENTADOR EDUCACIONAL	E	5
MICRO E MACRO EDUCAÇÃO	MPE-202 MPC-302	ORIENTADOR EDUCACIONAL	F	6
MICRO-EDUCAÇÃO	MPE-203 MPC-303	SUPERVISOR DE ENSINO	C	3
MICRO-EDUCAÇÃO	MPE-203 MPC-303	SUPERVISOR DE ENSINO	D	4
MICRO E MACRO-EDUCAÇÃO	MPE-203 MPC-303	SUPERVISOR DE ENSINO	E	5
MICRO E MACRO-EDUCAÇÃO	MPE-203 MPC-303	SUPERVISOR DE ENSINO	F	6
MICRO-EDUCAÇÃO	MPE-204 MPC-304	INSPETOR DE ENSINO	C	3
MICRO-EDUCAÇÃO	MPE-204 MPC-304	INSPETOR DE ENSINO	D	4
MICRO E MACRO-EDUCAÇÃO	MPE-204 MPC-304	INSPETOR DE ENSINO	E	5
MICRO E MACRO-EDUCAÇÃO	MPE-204 MPC-304	INSPETOR DE ENSINO	F	6
MACRO-EDUCAÇÃO	MPE-205 MPC-305	PLANEJADOR	E	5
			F	6

OBSERVAÇÃO: As especificações dos títulos das colunas deste Anexo, são idênticas às do Anexo II-A (folha )

ANEXO III

TABELA DE CRÉDITOS PARA PROMOÇÕES DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO

ESPECIFICAÇÕES	CRITÉRIOS	CRÉD.
1. Curso de Aperfeiçoamento, Treinamento, atualização ou Especialização, relativo ao cargo ocupado, com aproveitamento e reconhecimento pela SEEC.	Duração = 30 horas	3
	30 horas	5
	50 horas	10
	100 horas	20
	200 horas	30
2. Por quinquênio de efetivo serviço prestado na classe funcional.	5 anos	50
3. Curso de Pós-graduação reconhecido pela CFE ou cujo título for revalidado segundo a legislação em vigor.	Em área relativa ao cargo ocupado.	100
4. Curso Superior	Graduação em curso superior de qualquer natureza.	50
5. Dedicação Profissional	Para cada ano de atividades comprovadas por frequência integral.	10
6. Participação em Comissões, Grupo Tarefa ou Colegiados, designados pela SEEC.	A nível de órgão setorial de execução.	5
	A nível de administração superior.	10
	A nível de planejamento da Macro-Educação.	20
7. Exercício de funções ou atividades	Membro de Banca Examinadora.	5
	Subcoordenador ou Coordenador de área ou atividade.	5
	Diretor Auxiliar ou Coordenação Geral por mais de 1 ano.	10
	Função gratificada por ano de desempenho.	5
	Cargo em Comissão.	20
8. Publicações.	Autoria de artigo relativo à área específica da atividade profissional, publicado em revista científica ou técnica, por artigo (MÁXIMO: 20 créditos).	5
	Idem, em jornal, por artigo original (MÁXIMO: 10 anos)	1
	Autoria de livro didático.	50
9. Trabalhos.	Trabalho ou tese apresentado em Congressos ou Seminários reconhecidos pela SEEC.	10
	Tese apresentada e aprovada em curso de formação profissional.	20

OBSERVAÇÃO: As promoções se processarão de acordo com o § 6º do Art. 9º (folha ) e o Art. 238 (folha ).

ANEXO I-C

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – MP  
REGIME DE TRABALHO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO –  
MPP-100 – Pessoal Docente  
CÓDIGOS: MPE-200 – Especialista de Educação  
MPC - 300 – Celetista

SIMBOLOS DOS REGI- MES TRABA- LHO	CÓDIGOS			Nível  de  atua- ção	Séries  de  classes	NÍVEIS  DE  FORMAÇÃO	Total Horas  Ativi- dade	Carga Horária Semanal						PROPORCIO- NALIDADE DE VENCI- MENTO OU REMUNERAÇÃO
	MPP	MPE	MPC					Apenas do Pessoal docente						
								até 10 anos		de 10 a 20 anos		após 20 anos		
								A	P	A	P	A	P	
R1	101 a 105	201 a 205	301 a 305	I a V	A a F	2º grau - 3 ou 4 sé- ries - superior: lic. curta ou plena - mes- trado ou Doutorado	14	12	2	11	3	10	4	14/24
R2	101 a 105	201 a 205	301 a 305	I a V	A a F	IDEM	24	21	3	20	4	18	6	24/24
R3	101 a 105	201 a 205	301 a 305	I a V	A a F	IDEM	30	26	4	24	6	22	8	30/24
R4	101 a 105	201 a 205	301 a 305	I a V	A a F	IDEM	40	34	6	32	8	30	10	40/24
1	2-1	2-2	2-3	3	4	5	6	7-1	7-2	7-3	7-4	7-5	7-6	8
	2							7						

OBSERVAÇÃO:

No Capítulo III, dos Regimes de Trabalho do Quadro Próprio do Magistério, artigo 16 a 21, estão definidas as características deste Anexo, quanto aos símbolos, códigos, letras e algarismos que exemplificam especialmente o Regime de Trabalho.

**REQUERIMENTOS:****REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOAQUIM RODRIGUES GARCIA, ocorrido nesta Capital.

O extinto era pessoa de amplas relações em nosso Estado, participou ativamente da vida social e distinguiu-se como comerciante por largos anos.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Padre Ancheita número 759, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições requer após a aprovação do Plenário, que a MESA encaminhe ofício ao Sr. Diretor do DER, expondo a situação da falta de segurança no percurso CURITIBA—APUCARANA—MARINGÁ, reclamando providências imediatas.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1976.

(a) VALTER PITRÂNGELO

**JUSTIFICATIVA:**

Qualquer motorista que faça o trajeto CURITIBA-APUCARANA-MARINGÁ facilmente constata que a causa maior da contínua elevação do índice de acidentes nele ocorrido, é a ausência de sinalização e o precário estado ou mesmo a inexistência de acostamentos.

À noite, o percurso apresenta-se mais perigoso ainda, devido à elevada incidência de densa neblina, que impossibilita ao motorista a visão de, SEM EXAGERO, três metros à sua frente.

Uma estrada que serpenteia Serras, margeada por profundos abismos, interligada por inúmeras pontes, CARECE, indubitável e naturalmente, de maior atenção por parte dos órgãos responsáveis pela sua conservação.

Enquanto registram-se ainda que em ritmo vagaroso, obras de duplicação no trecho CURITIBA-PONTA GROSSA, o restante do percurso permanece em estado de deplorável abandono.

É inadmissível, convenhamos todos, que o DER cruze os braços e permaneça cego e insensível diante do espectral quadro da vergonhosa estatística que coloca o nosso Estado do Paraná entre os primeiros na tabela nacional do campeonato de acidentes em estradas.

A inexistência de acostamento, de faixas laterais e central na pista de rolamento e dos chamados “olho de gato” é a prova inquestionável do alheamento dos responsáveis pelo estado de nossas estradas, considerado lastimável, envergonhando-nos até perante visitantes oriundos de outros Estados da Federação.

Ignora o Governo Estadual que além de abrir novas estradas, é dever conservar as existentes e que o zelo pelas obras já entregue é fator de economia.

Caso perdure o abandono ao qual está relegada a RODOVIA DO CAFÉ, dentro em breve a mesma necessitará de total e porisso, caríssima reconstrução. É melhor CONSERVAR.

Continuando a inércia e o despreparo técnico dos organismos responsáveis, a RODOVIA DO CAFÉ continuará tendo suas margens pontilhadas de cruzeiros, sangue e destroços de veículos a rolar pela pista.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Esta Casa tem conhecimento do problema relacionado

com o transporte coletivo através de táxis, que, gerado há já tanto tempo, ainda não encontrou solução e vem se agravando a cada momento que passa.

Esse serviço público estando afeto às municipalidades, permitiu que Curitiba e os municípios da região metropolitana, através de seus padrões públicos municipais autorizassem execução de tais serviços, na conformidade das necessidades e peculiaridades próprias de cada cidade. Assim, cada Município estabeleceu os seus próprios serviços, aplicando-lhes normas particularizadas.

Ocorre que, na prática, não são guardados e obedecidos os limites municipais, o que tem, por consequência, possibilitado que, proprietários e motoristas de taxi, exerçam seu trabalho em qualquer das áreas municipais da região. Evidentemente que, Curitiba, por sua condição de Capital do Estado e por sua avantajada densidade demográfica, capitalizou e está polarizando o exercício desse trabalho, retirando das cidades vizinhas os táxis para ali licenciados, e atraindo um incontável número de veículos dos municípios circundantes.

Essa prática encontrou e continua encontrando resistência por parte dos proprietários e motoristas de taxi autorizados a funcionar pelo município de Curitiba.

Não tem havido por parte das autoridades responsáveis pela questão, um posicionamento capaz de equacionar a questão dando-lhe uma norma definitiva.

O agravamento do problema poderá trazer consequências graves e lamentáveis, generalizando e aprofundando desinteligências como já têm ocorrido e com frequência se observa.

Há que se definir o caso. É necessário e urgente que se encontre uma solução. Faz-se imprescindível um pronunciamento definitivo e um cumprimento da legislação por parte das autoridades que têm responsabilidade direta.

Há que se estabelecer se é permitida ou não a prática que vem se tornando regra, e em qualquer dos casos, aplicar-se o controle e fiscalização.

Sendo assim, e entendendo que a questão não deve e não pode ser relegada por esta Casa, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer a constituição de uma Comissão Especial, integrada por cinco (05) membros, para no prazo de trinta (30) dias, agir, basicamente, no sentido de:

I — proceder a um levantamento de legislação relativa à questão;

II — ouvir as autoridades com responsabilidade direta no caso, principalmente o Prefeito Municipal de Curitiba, o Diretor do Departamento Estadual de Trânsito e o Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego, da Polícia Militar do Estado;

III — opinar sobre a posição que deva adotar esta Assembleia Legislativa com relação ao problema.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, tendo em vista os termos da resposta do Exmo. Sr. Governador do Estado ao pedido de informações sobre a representação de inconstitucionalidade de inciso II, do artigo 70, da Constituição Estadual, que conceda adicionais por tempo de serviço aos servidores públicos estaduais, junto ao Supremo Tribunal Federal, em razão de expediente que lhe foi submetido pelo Ministério da Justiça, segundo consta de documentos que acompanharam o Ofício número 174/76, do Gabinete do Governador, datado de 02 do corrente, pelo qual nos esclareceu que esta Assembleia deverá prestar informações como se fosse parte do feito, e dada a importância do assunto, por envolver a nossa Carta Magna Estadual, requer a V. Exa., após ouvido o Plenário, sejam encaminhadas aos Srs. Deputados Federais e Estaduais, de ambos os partidos, do Paraná, cópia do expediente

anexo, por tratar-se de interesse de todos os paranaenses.  
Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

**PROJETOS DE LEI:**

**PROJETO DE LEI N.º 101/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a sociedade civil de direito privado denominada “DESAFIO JOVEM BETEL”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1976.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública com o presente projeto de lei, presta, efetivamente, serviços relevantes à comunidade curitibana.

**PROJETO DE LEI N.º 102/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Monteprevi-Sociedade Previdenciária, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1976.

(a) ADALBERTO DAROS.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que se presente declarar de utilidade pública, caracteriza-se pelos Estatutos que anexamos ao presente, como mutuária de assistência, sem fins lucrativos.

Em pleno funcionamento nesta Capital, há mais de ano, possui as condições para que o Poder Público a reconheça como de utilidade pública.

Com isso apresentamos o presente plano de lei, que temos certeza contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI N.º 103/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a implantar, a partir de 1.977, ensino de 2.º grau, na localidade “Jardim Rio Verde” município de Colombo, utilizando as dependências do Grupo Escolar “ALFREDO CHAVES”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1976.

(a) ENÉAS FARIA,

**JUSTIFICATIVA:**

A localidade denominada “Jardim Rio Verde” no município de Colombo, compreendendo os lugares “Vila Guarani”, “Jardim Maracanã”, “Campo Pequeno”, e outros, têm hoje uma população que se aproxima de 20 mil habitantes.

Conseqüentemente, possui uma coletividade em idade escolar ponderável, existindo, tão só, até agora, ali, estabelecimento de ensino de 1.º grau (curso primário).

As crianças, concluindo, o estágio inicial de estudo, se vêem impossibilitadas de continuarem o aprendizado.

Ou então, são obrigadas a deslocarem-se, em longos

percursos em busca de estabelecimentos distantes daquele local.

Pertencendo ao município de Colombo, essa localidade fica muito afastada da sede municipal, e, na verdade, se encontra na divisa do município de Curitiba.

Qualquer opção, em busca de estudo — Colombo ou Curitiba — implica, mormente para jovens, ainda quase crianças, em perigosos sacrifícios e onerosos percursos.

A implantação de ensino de 2.º grau, na forma pretendida, tem a facilitar-lhe a existência de equipamento físico de propriedade do Poder Público Estadual, onde hoje se encontra em funcionamento o Grupo Escolar “Alfredo Chaves”.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Não havendo oradores inscritos para o Pequeno expediente, concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Enéas Faria. (Declina) Concedo a palavra aos líderes das Bancadas. (Declinam). Havendo os ilustres líderes declinado da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda número 4 ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. Necessita de apoioamento. — **Apoiada.** — Será anexada ao projeto.

Emenda número 5 ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. Necessita de apoioamento. **Apoiada.** — Será anexada ao projeto.

Emenda número 6 ao Projeto de Lei número 186/75, do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. Necessita de apoioamento. — **Apoiada.** — Será anexada ao Projeto.

Emenda número 7 ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. Necessita de apoioamento. — **Apoiada.** — Será anexada ao projeto.

Emenda número 8 ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. Necessita de apoioamento. — **Apoiada.** — Será anexada ao projeto.

Emenda número 9 ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. Necessita de apoioamento. — **Apoiada.** — Será anexada ao projeto.

Emenda número 10 ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. Necessita de apoioamento. — **Apoiada.** — Será anexada ao projeto.

Emenda número 11 ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. — Necessita de apoioamento. — **Apoiada.** — Será anexada ao projeto.

Emenda número 12 ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. — Necessita de apoioamento. — **Apoiada.** — Será anexada ao projeto.

Emenda número 13 ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. Necessita de apoioamento. — **Apoiada.** — Será anexada ao projeto.

Emenda número 14, ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. Necessita de apoioamento. — **Apoiada.** — Será anexada ao projeto.



Emenda número 15 ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. Necessita de apoioimento.— **Apoiada.**— Será anexada ao projeto.

Emenda número 16 ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. Necessita de apoioimento.— **Apoiada.**— Será anexada ao projeto.

Emenda Substitutiva número 17, ao Projeto de Lei número 186/75, de autoria dos Senhores Deputados Osvaldo Macedo e Enéas Faria, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje. Necessita de apoioimento. **Apoiada**— Será anexada ao projeto.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoioimento.— **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 119/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 261/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BITURUNA, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Oscar Geyer". Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 120/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 270/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de IBIPORÃ, objetivando reparos nos prédios que especifica. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 121/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 275/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de LONDRINA, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual "Antônio Moraes de Barros", naquele Município. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 122/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 208/76, Mensagem 60/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a SUCEPAR, e o município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 123/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 229/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de CASCAVEL, objetivando reparos em prédios de diversos estabelecimentos de ensino, daquele Município. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 124/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 210/76, Mensagem 62/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná-SUCEPAR, e o município de GOIOERÊ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 125/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 212/76, Mensagem 64/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 126/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 218/76, Mensagem 69/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná, e o município de COLORADO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 127/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 224/76, Mensagem 71/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Habitação, com interveniência da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, objetivando a implantação do Sistema Metropolitano de Planejamento e o Plano de Desenvolvimento Metropolitano. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 128/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 225/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de APUCARANA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Pestalozzi, do referido Município. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 174/76, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, ex-Proposição 111/75, que aprova as contas prestadas pelo Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1974. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário e da C.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 174/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**RESOLVE:**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do item III, do Art. 22, da Constituição do Estado, aprova a seguinte

#### **RESOLUÇÃO:**

Artigo único: São aprovadas as contas do Governador do Estado, apresentadas através do Balanço Geral, referentes ao exercício financeiro de 1974.

Sala das Comissões, em / /

(aa) Francisco Escorsin, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PARECER À PROPOSIÇÃO NÚMERO 111/75.**

A presente Proposição número 111/75, originária do Ofício número 1.129/75, — Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado, encaminhou o Ofício número 1.129/75 TC, refere-se ao Balanço Geral do Estado, apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, bem como Relatório do Tribunal de Contas, correspondente ao exercício financeiro de 1974.

Em parecer prévio publicado e anexo ao presente, o Tribunal de Contas do Estado, após aprofundados estudos, pronunciou-se favorável à sua aprovação.

Na análise do Balanço Geral do Estado, encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo, temos que situar que, pela Lei de Meios, aprovada para o exercício de 1974 (Lei número 6.494, de 03 de dezembro de 1973 — Orçamento Geral do Estado), a receita e a despesa foram estimadas em Cr\$ 3.217.196.073,00 (três bilhões, duzentos e dezessete milhões e cento e noventa e seis mil e setenta e três cruzeiros).

Verificando-se às fls. 09, do volume do Balanço Geral, item 21 — temos a destacar que, na execução orçamentária do exercício de 1974, foi apurado um superavit na arrecadação na proporção de 3,42 por cento, podendo-se, assim, aquilatar que houve um cuidado na aplicação de dispêndios dos meios arrecadados. Com essa demonstração de cuidado na execução orçamentária e a apresentação desse resultado positivo, pode-se considerar como o espelho de uma administração voltada aos interesses públicos.

As especificações e montante de dispêndio nos diversos setores atinentes à Administração Pública, que seria desnecessário transcrevê-los neste parecer bem demonstram o equilíbrio que orientou a filosofia de Governo durante o exercício financeiro, cujas contas, ora se examinam.

Deve-se, também, salientar, conforme demonstrou o parecer do Tribunal de Contas, fundamentado no laudo técnico, que, na execução orçamentária, face à não implantação total da Reforma Administrativa, deixaram de ser observadas certas normas básicas que são previstas pela Legislação Federal reguladora da matéria.

Porém, isso não impediu que o mesmo Tribunal opinasse pela aprovação do Balanço apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 1974.

Isto exposto, o nosso parecer é pela **Aprovado** do Balanço Geral do Estado, apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 1974, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em / /

(aa) Francisco Escorsin, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Resolução número 174/75, da  
Comissão de Tomada de Contas.**

O Projeto de Resolução número 170/75, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, visa aprovar as contas do Governador do Estado, referentemente ao exercício de 1974.

Tendo o Governador encaminhado no prazo constitucional a sua prestação de contas, foram as mesmas devidamente examinadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nas suas conclusões o Senhor Relator assim se pronunciou:

*“Considerando que os fatos apontados podem ser relevantes sob o ponto de vista técnico-contábil e acreditando que a administração estadual se aterá às recomendações de fls. 59, do Relatório, o Relator é de parecer que os balanços apresentados pelo Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício de 1974, podem ser aprovados. No seu relatório, às fls. 48, assim se manifesta o Senhor*

Relator do Tribunal de Contas:

*“Desta forma, este comportamento vem retratar que apesar dos deslizamentos comentados no decorrer desta análise, há de admitir que foram bons os resultados alcançados pelo Governo na realização do Orçamento.”*

Na verdade, tais contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado, conforme Resolução n.º 2.393/75-TC.

Face ao parecer prévio do Tribunal de Contas, altamente detalhado e observadas as suas próprias conclusões, entendemos estar o Projeto de Resolução em condições de merecer o beneplácito do Plenário.

Sala das Sessões, em 18 de Dezembro de 1975.

Aprovado o Parecer em 1.º de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 129/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 227/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de CAMBÉ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Olavo Bilac e o Colégio Estadual Cambé. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 129/76  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**R E S O L V E:**

**Art. 1.º** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Cambé, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Olavo Bilac e o Colégio Estadual de Cambé.

**Art. 2.º** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(a) ACCIOLY NETO, Presidente e Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer à Proposição número 227/76.**

Acompanhado da Mensagem Governamental 68/76, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 31 de março de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Cambé, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Olavo Bilac e o Colégio Estadual de Cambé.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em / /

(a) ACCIOLY NETO, Presidente e Relator.

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 130/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 236/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de MAMBORÉ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam Casas Escolares nos Distritos que especifica daquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

## PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 130/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

## R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de MANBORE, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual de ManBORE, Grupo Escolar Papa João XXIII, Casa Escolar Padre Anchieta, Casa Escolar São Luiz Gonzaga e Grupo Escolar João Maffei Rosa.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1.976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROPOSIÇÃO NÚMERO 236/76.

## P A R E C E R

Acompanhado da Mensagem Governamental 68/76, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 18 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de MAMBORE, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual de Mamborê, Grupo Escolar Papa João XXIII, Casa Escolar Padre Anchieta, Casa Escolar São Luiz de Gonzaga e Grupo Escolar João Maffei Rosa.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

SALA DAS COMISSÕES, em

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 131/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 237/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de MARIALVA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Dr. Felipe Silveira Bittencourt, do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 131/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de MARIALVA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Dr. Felipe Silveira Bittencourt, do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROPOSIÇÃO NÚMERO 237/76

## P A R E C E R

A presente Proposição 237/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta

Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de MARIALVA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, e do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 132/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 238/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de NOVA FÁTIMA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar ADELAIDE GLASER ROSS e o Ginásio Estadual Dr. ALOYSIO DE BARROS TOSTES, da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 132/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Nova Fátima, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar ADELAIDE GLASER ROSS e o Ginásio Estadual Dr. ALOYSIO DE BARROS TOSTES, da sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente, Ivan Rüppel, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROPOSIÇÃO NÚMERO 238/76.

## P A R E C E R

I — O Chefe do Poder Executivo, através de Mensagem encaminha a esta Casa de Leis, em obediência a preceitos constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Nova Fátima, visando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele Município.

II — Conforme preceitua dispositivos constitucionais, é da exclusiva competência do Sr. Governador firmar convênios com a União, Estados e Municípios, referendados sempre pela Assembléia Legislativa.

III — Face ao exposto, somos de parecer que a matéria deva ter sua tramitação normal, e oferecemos portanto nosso parecer pela aprovação, obedecido os termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto e pesar pelo falecimento

do Senhor JOAQUIM RODRIGUES GARCIA, ocorrido nesta Capital.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DER, expondo a situação da falta de segurança no percurso CURITIBA — APUCARANA — MARINGÁ, e encarecendo providências imediatas.— Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) Fica adiada a discussão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando sejam encaminhadas a todos os Srs. Senadores, Deputados Federais e Estaduais do Paraná, cópias do ofício recebido do Sr. Governador do Estado, contendo informações sobre a representação de inconstitucionalidade do inciso II, do artigo 70, da Constituição Estadual, arguida pelo Sr. Procurador Geral da República junto ao colendo Supremo Tribunal Federal.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, integrada por cinco membros, para no prazo

de trinta dias agir basicamente, no sentido de solucionar o problema relacionado com o transporte coletivo através de táxis, em nosso Estado.— APROVADO.

Nada mais habendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra, para amanhã, dia 21, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números: 124/76, 125/76, 126/76, 127/76 e 128/76;

2.9a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números: 174/75, 129/76, 130/76, 131/76 e 132/76;

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números: 133/76, 134/76, 135/76, 136/76, 137/76 e 138/76.

Fica marcada ainda, uma sessão extraordinária para amanhã dia 21, terça-feira, às 14,00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 118/76.

Levanta-se a sessão.